



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 60, TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2023

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - (cargo vago)

4ª - (cargo vago)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 35ª SESSÃO, ESPECIAL SEMIPRESENCIAL, EM 24 DE ABRIL DE 2023

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a celebrar o primeiro centenário da Lei Eloy Chaves, nos termos do Requerimento nº 45/2023, do Senador Paulo Paim e outros Senadores.	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional	8
1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Paulo Paim)	9
1.2.3 – Oradores	
Sr. Glauco André Fonseca Wamburg, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	11
Sr. Carlos Olegário Machado Ramos, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP)	14
Sra. Fernanda Hahn, Defensora Pública Federal e Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária da Defensoria Pública da União (DPU)	16
Sr. Vilson Antonio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e da Pública Central do Servidor do Distrito Federal	18
Sra. Gisele Lemos Kravchychyn, Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	20
Sr. Diego Monteiro Cherulli, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP)	22
Sra. Janaina Policarpo, Representante do Instituto de Estudos Previdenciários, Trabalhistas e Tributários (IEPREV) e da Associação Brasileira de Advogados (ABA)	25
Sr. Adroaldo Portal, Secretário do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social	26
Sr. Wilson Pereira, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)	29
Sr. Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT)	30
Sr. Flauzino Antunes Neto, Secretário de Relações do Trabalho da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	32



Sr. Floriano Martins de Sá Neto, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)	34
1.3 – ENCERRAMENTO	36

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Prejudicialidade

Prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2294/2020.	38
---	----

2.1.2 – Projetos de Lei

Nº 2088/2023, do Senador Zequinha Marinho, que <i>acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro.</i>	40
--	----

Nº 2091/2023, da Senadora Augusta Brito, que <i>altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para tipificar novos crimes cometidos no mercado de valores mobiliários.</i>	45
--	----

Nº 2092/2023, da Senadora Ivete da Silveira, que <i>cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino.</i>	51
---	----

2.1.3 – Projeto de Resolução

Nº 51/2023, da Senadora Zenaide Maia, que <i>institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público</i>	60
---	----

2.1.4 – Recurso

Nº 4/2023, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 1899/2019.	65
---	----

<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 1899/2019.</i>	68
--	----

2.1.5 – Republicação

Republicação do inteiro teor do Requerimento nº 329/2023.	70
--	----

2.1.6 – Requerimentos

Nº 346/2023, do Senador Nelsinho Trad, de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Bossay. ..	77
---	----

Nº 347/2023, da Senadora Tereza Cristina, de oitiva da Comissão de Segurança Pública sobre o Projeto de Lei nº 3817/2021.	79
--	----



Nº 348/2023, da Senadora Tereza Cristina, de oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei nº 3817/2021.	82
Nº 349/2023, do Senador Beto Faro, de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.	85
Nº 350/2023, do Senador Beto Faro, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	88
Nº 351/2023, do Senador Beto Faro, de informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima.	90
Nº 352/2023, do Senador Beto Faro, de informações ao Ministro de Estado da Integração e Desenvolvimento Regional.	93
Nº 353/2023, do Senador Beto Faro, de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.	96
Nº 354/2023, do Senador Beto Faro, de informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima.	99
Nº 355/2023, do Senador Beto Faro, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	101
Nº 356/2023, do Senador Beto Faro, de informações ao Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária.	104
Nº 357/2023, do Senador Beto Faro, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	107
Nº 358/2023, do Senador Beto Faro, de informações ao Ministro de Estado da Previdência Social. ..	110
Nº 359/2023, do Senador Beto Faro, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	112
Nº 360/2023, do Senador Beto Faro, de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.	115
Nº 361/2023, do Senador Beto Faro, de informações ao Ministro de Estado da Integração e Desenvolvimento Regional.	117
Nº 362/2023, do Senador Beto Faro, de informações ao Presidente do Banco Central do Brasil.	120
Nº 363/2023, do Senador Omar Aziz e outros Senadores, de realização de especial destinada a memória da Nakba, a catástrofe palestina.	123

2.1.7 – Término de Prazos

Término do prazo, em 20 de abril de 2023, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 21/2023.	128
Término do prazo, em 20 de abril de 2023, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 365 e 446/2019; e 414/2021.	129
Término do prazo, em 20 de abril de 2023, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei nºs 1822, 3130 e 3815/2019.	130
Término do prazo, com apresentação de cinco emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei Complementar nº 127/2021.	131



2.1.8 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento do Projeto de Lei nº 898/2019 às Comissões de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais.	150
Encaminhamento do Projeto de Lei nº 860/2019 às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania.	151
Encaminhamento do Projeto de Lei nº 6046/2019 às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Meio Ambiente.	152

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	153
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	156
5 – LIDERANÇAS	157
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	159
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	163
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	164
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	188



Ata da 35ª Sessão, Especial Semipresencial,
em 24 de abril de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 2 minutos e encerra-se às 11 horas e 30 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas. Sejam todos bem-vindos.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 45, de 2023, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, e aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a celebrar o primeiro centenário da Lei Eloy Chaves, considerada a origem da previdência social no Brasil.

A Presidência informa que esta sessão terá a participação dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Ministro Carlos Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social do Brasil, que não está aqui ainda porque o seu voo atrasou, mas ele virá na segunda mesa – de pronto, eu gostaria de cumprimentar com uma salva de palmas o Ministro Carlos Lupi. (*Palmas.*)

Teremos também, de forma remota, a Sra. Fernanda Hahn, Defensora Pública Federal e Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária da DPU – nossos cumprimentos também. (*Palmas.*)

Sra. Gisele Lemos Kravchychyn, Presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil, a nossa querida OAB; Sr. Vilson Antonio Romero – Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e da Pública Central do Servidor do DF; Sr. Carlos Olegário Machado Ramos, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap).

O Warley não pôde vir, mas fez questão de que o Carlos, que é da minha cidade do Rio Grande do Sul e é Vice-Presidente, estivesse aqui presente. (*Palmas.*)

Sr. Diego Monteiro Cherulli, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP). (*Palmas.*)

Sr. Deputado Ronaldo Medeiros, Deputado Estadual de Alagoas. (*Palmas.*)

Sr. Wilson Pereira, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores. (*Palmas.*)

Sr. Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT). (*Palmas.*)

Sr. Flauzino Antunes Neto, Secretário de Relações do Trabalho da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). (*Palmas.*)

Sra. Janaina Policarpo, representante do Instituto de Estudos Previdenciários, Trabalhistas e Tributários e da Associação Brasileira de Advogados. (*Palmas.*)

Sr. Glauco Andre Fonseca Wanburg, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, nosso INSS. (*Palmas.*)

Neste momento, convido a todos para cantarmos o Hino Nacional.

Depois nós vamos formatar as duas mesas.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos correndo aqui em relação ao tempo, porque nós temos inúmeros convidados. Então, para a primeira mesa, convidamos os seguintes convidados: Sr. Glauco Andre Fonseca Wanburg, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Agora seria a Sra. Fernanda, Defensora Pública Federal, mas ela não chegou ainda. Ao chegar, ela virá diretamente para a mesa.

Convidamos o Sr. Carlos Olegário Machado Ramos, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap). Cadê o Carlos? (*Palmas.*)



Carlos já chegou? Como é que está nossa cidade lá, Carlos?

O SR. CARLOS OLEGÁRIO MACHADO RAMOS (*Fora do microfone.*) – Está boa. Estamos esperando o senhor lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

Chamamos agora Sr. Vilson Antonio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e da Pública Central do Servidor do DF. É isso, Romero?

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO (*Fora do microfone.*) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sra. Gisele Lemos Kravchychyn – é isso? Acertei, então –, Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). (*Palmas.*)

Sr. Diego Monteiro Cherulli, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. (*Palmas.*)

Formatada uma mesa, eu faço a fala da Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar - Presidente.) – Senhoras e senhores, sejam todos bem-vindos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer muito ao Presidente do Senado Federal, Sr. Rodrigo Pacheco, que, com sua sensibilidade, compreendeu a importância da realização desta sessão especial. Havia uma fila de pedidos de sessões especiais, mas ele entendeu esse momento e, como tem entendido nossas propostas e votado inúmeras delas – não é? –, então, fica aqui uma salva de palmas ao Presidente Rodrigo Pacheco. (*Palmas.*)

Eu entendo que o Presidente atual da Casa é um cidadão voltado aos direitos humanos, respeita e acompanha a luta dos aposentados e pensionistas, esteve sempre do nosso lado nas questões de combate ao racismo e em todas as formas de discriminação e preconceito. Por isso, nesses anos em que ele está na Presidência, aprovamos em torno de 16 projetos nessa área, coisa que nunca aconteceu nesse período em que eu estou no Congresso, que vai com esse mandato terminar agora, daqui a três anos, com 40 anos de Casa.

Quero saudar também – embora ele tenha se atrasado, a gente entende – o Ministro da Presidência Social, Carlos Lupi, companheiro de longa jornada ao longo desses meus 40 anos, praticamente, de vida pública. Na pessoa dele, eu cumprimento todos e todas as autoridades e convidados aqui presentes. Sejam todas e todos bem-vindos!

Celebramos em 2023 um marco simbólico para os dias atuais: os cem anos de sanção do Decreto Legislativo nº 4.682, de 1923, também conhecido como Lei Eloy Chaves, que criou o embrião da Previdência Social no Brasil, conforme conhecemos hoje. Eloy Chaves foi o Deputado Federal paulista que redigiu a proposta, claro, com a parceria de tantos outros. Ele já havia exercido um papel importante durante a greve geral de 1917, como Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública.

No início dessa manifestação, houve muita, muita repreensão, mas, em seguida, Eloy Chaves foi protagonista na mediação das negociações entre grevistas e empresários. Enfim, o Governo da época reconheceu que o bem-estar do trabalhador não é somente um imperativo moral, mas também que o bem-estar do trabalhador interessa a todos: empregados e empregadores.

Aparentemente, cem anos depois, ainda alguns desconhecem essa lição. Pois bem, a Lei Eloy Chaves obrigou cada companhia ferroviária do país a criar uma caixa de aposentadorias e pensões conhecidas como CAPs. Esses departamentos eram encarregados de recolher a contribuição do patrão e dos funcionários e pagar os benefícios aos aposentados e aos pensionistas.

Ao longo do ano de 1923, 27 empresas instituíram suas respectivas CAPs. Na época, portanto,



apenas os funcionários do setor ferroviário começaram a ter acesso à previdência, mesmo assim de forma ainda precária. Pela regra, para fazer jus à aposentadoria, o empregado precisava ter, no mínimo, 50 anos de idade e 30 anos de serviço no setor ferroviário. Muitas empresas, contudo, buscavam ainda encontrar desvios à norma a qualquer custo. Algumas não depositavam suas contribuições; outras usavam os valores depositado para outros propósitos. Certas ferrovias não permitiam que os empregados participassem da gestão da CAPs; outras até mesmo afirmavam que a contagem dos 30 anos de serviço se iniciaria apenas no ano da sanção da lei.

Não faltaram tentativas e estratégias para não reconhecer os direitos dos trabalhadores. Foram necessários muitos anos para que o direito à previdência – o direito básico ao descanso na velhice, após uma vida inteira de trabalho – se estabelecesse de forma ampla, no nosso país. Até o início da década de 30, os benefícios foram estendidos para os trabalhadores portuários, telegráficos, mineradores e para servidores públicos. A Constituição de 1934 implementou o custeio triplice, com a participação formal do Estado no sistema. Na década de 60, publicou-se a Lei Orgânica da Previdência Social e criou-se o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), antecessor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As mudanças foram muitas, conforme as conhecemos, mas certamente não tão rápidas quanto demandaram as trabalhadoras e os trabalhadores do país.

Esta sessão especial marca os cem anos da criação da Previdência Social brasileira. A data é, sem dúvida, motivo de celebração. É, contudo, também uma oportunidade para nos manifestarmos contra os retrocessos a que viemos assistindo infelizmente no Governo passado. A reforma previdenciária feita durante o último Governo Federal, por exemplo, trouxe prejuízos inaceitáveis para boa parte da população.

Permitam-me – embora ele não esteja aqui –: eu vi que, logo que assumiu, o Ministro da Previdência simplesmente disse que algumas coisas nós teríamos que averiguar. Ele não falou em revogar a reforma nem nada; ele apenas disse que vamos discutir algumas questões fundamentais para os aposentados e para os trabalhadores fruto da última reforma, e alguns não entenderam. Isso é natural; não existe lei perfeita. Eu dou aqui uma salva de palmas ao Ministro, embora ele não esteja aqui. (*Palmas.*)

O importante é saber da boa intenção dele naquele momento.

A reforma previdenciária a que eu me dirigi agora trouxe uma série de problemas. Eu tive embates duros aqui – muito duros –, não só eu, em relação ao que foi proposto pelo Governo passado. A redução drástica, por exemplo, na pensão por viuvez e a mudança de cálculo dos benefícios são retrocessos lamentáveis. Infelizmente, estamos vendo aí que a inflação continua acontecendo e quem perde com isso são os aposentados e pensionistas. Claro que o Governo atual tem compromisso a combater taxa de juro, a combater inflação, mas a reforma que aconteceu, infelizmente, só nos trouxe prejuízo.

Desde 2016, vislumbramos, cada vez mais incrédulos, investidas contra o trabalhador brasileiro. A justificativa, naquela época, foram sempre as mesmas. Lembro-me que prometiam: “Ah, se houver reforma trabalhista, nós vamos criar 10 milhões de empregos”. Eu ouvi o representante do Governo à época assim se posicionar, e não gerou um emprego.

Depois seguiram com a mesmo discurso, prometendo que, com a reforma da previdência, seriam criados mais de 10 milhões. Houve a reforma da previdência e eu estou até hoje procurando os 10 milhões de novos empregos que não vieram.

O que vimos, infelizmente, foi o aumento do desemprego, gerando fome e miséria para milhões de brasileiros.

Outro problema crítico a ser enfrentado é a demora para a tramitação de processos no INSS devido ao acúmulo que deixaram acontecer no passado. Faltam, inclusive, servidores públicos. Segundo o Tribunal de Contas da União, o tempo médio para concessão do Benefício de Prestação Continuada para pessoas



com deficiência no ano de 2015 era de 78 dias – 78 dias! Em 2020, esse prazo saltou para 311 dias. Entre os mais velhos, o tempo passou de 41 para 86 dias, mais que o dobro. Os maiores prejudicados com isso são exatamente aqueles mais vulneráveis, e isso é inadmissível.

Por fim, estamos diante de uma grande oportunidade. O Executivo atual recriou o Ministério da Previdência Social, ao qual eu rendo minhas homenagens, e também ao nosso INSS. (*Palmas.*)

Temos assistido agora, mais recentemente, a um empenho importante para reposicionar o tema entre as prioridades de Estado. A justiça social é a base da agenda do atual Governo e a Previdência que, no meu entendimento, é o setor que mais representa esse esforço.

O Legislativo também tem um papel de suma relevância nessa mobilização, ao propor e votar leis que ofereçam garantias e direitos a todo nosso povo sofrido brasileiro.

Em fevereiro último, apresentei nesta Casa uma proposta que garante o direito da chamada desaposentadoria, de se desfazer da aposentadoria para obter um valor maior com a inclusão de novas contribuições previdenciárias para aqueles que voltaram a trabalhar. É algo, claro, que vamos debater com a calma necessária e, no momento adequado, poderemos, então, apreciar aqui no Parlamento.

Essa é a chamada desaposentadoria, o que muitos confundem. Você se desaposenta porque você voltou a trabalhar e usa as novas contribuições para atualizar o cálculo. Ninguém terá prejuízo, pelo contrário, o que se quer é aproveitar as novas contribuições.

Eu já havia apresentado esse projeto em 2014 e agora está na pauta outra vez.

Em 100 anos, a Previdência Social do País deu passos largos em direção à justiça social. Fizemos muito, mas temos que fazer muito mais, e a responsabilidade é nossa, de todos nós que estamos aqui, de muitos outros, e, tenho certeza também, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Hoje, 58 milhões de pessoas contribuem e 37 milhões recebem seus benefícios todos os meses. Ela é hoje fonte de renda de uma enorme parcela das famílias brasileiras e certamente é base para o desenvolvimento da economia nacional, seja de forma direta ou indireta. Assegurar a sustentabilidade do setor, com foco nos direitos do trabalhador, é função primordial dos três Poderes da República.

Para finalizar, quero registrar que apresentei o Projeto nº 2.783, de 2022, que institui a Semana Nacional da Previdência Social, a ser celebrada atualmente na semana que compreende o 24 de janeiro, dia em que foi publicado, em 1923, o decreto que ficou conhecido como Lei Eloy Chaves.

Vida longa à nossa previdência pública!

Um abraço a todos.

Vamos ao nosso debate. (*Palmas.*)

A Sra. Fernanda Hahn, Defensora Pública Federal e Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária da DPU já está conosco de forma virtual, esperando o momento da sua fala.

Eu vou fazer questão de que abra os trabalhos no dia de hoje como painalista o Sr. Glauco André Fonseca Wamburg, está certo, é assim?

Então, concedo-lhe a palavra de imediato e convido a, se quiser, falar daqui ou da tribuna – fique bem à vontade, Presidente, Sr. Glauco André Fonseca Wamburg, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Cada convidado terá o tempo de dez minutos.

A palavra é sua, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. GLAUCO ANDRÉ FONSECA WAMBURG (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão que celebra os cem anos da Lei Eloy Chaves, um bom dia. Cumprimentá-lo é um grande prazer nesta manhã.

Trago o abraço fraterno do nosso Ministro Carlos Lupi. Esperamos a sua chegada. Infelizmente, a gente vem tendo dificuldades com os horários de voo, os voos nem sempre conseguem cumprir seus horários,



mas eu tenho certeza de que ele estaria e estará muito feliz de poder comparecer a esta solenidade.

Quero cumprimentar o Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Sr. Vilson Antonio Romero; o Sr. Presidente em exercício da Comissão Especial de Direito Previdenciário da OAB – senhora, na verdade, Gisele... Alguém vai precisar um dia nos dar uma aula de fonética para saber como fala o sobrenome da Dra. Gisele, não é? O sobrenome da Dra. Gisele é Kravchychyn. Cumprimento o Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, Sr. Carlos Olegário Machado Ramos, e o Sr. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Diego Monteiro Cherulli. Prazer dividir com os senhores a Mesa.

Bem, nós começamos aqui pensando que, com certeza, cem anos atrás, não se imaginaria que no Senado Federal nós teríamos uma solenidade, uma sessão especial para comemorar o tanto que foi conquistado no curso de cem anos.

A previdência social brasileira é um exemplo para toda a América Latina e para os países de língua latina, portuguesa, espanhola em todo o mundo. Nós temos, com certeza, e isso é alvo dos nossos encontros internacionais, a maior abrangência em termos proporcionais de todos esses países. Nós alcançamos, proporcionalmente, um número muito significativo da população brasileira. Para os senhores terem uma ideia, hoje, 38 milhões de pessoas – quase: trinta e sete milhões, oitocentos mil e alguma coisa... E esse número é atualizado a cada momento; portanto, é impossível a gente se manter atualizado em relação a esse número, porque, enquanto nós estamos aqui, os servidores da previdência deste país estão concedendo benefícios previdenciários. Então, somos quase 38 milhões de benefícios ativos, pessoas que recebem benefícios da previdência social, entre aposentadorias, pensões, benefícios por incapacidade, e ainda temos os benefícios assistenciais, que são geridos pelo INSS, no âmbito da previdência social, e, mais recentemente, o seguro-defeso, que também é pago através da gestão do INSS.

Pois bem, é uma população, é um número percentual muito expressivo da população economicamente ativa deste país. Olhar para isso demonstra o quanto, historicamente, avançamos e o quanto temos de motivo para comemorar. Não se trata de uma história sem conquistas; muito pelo contrário, trata-se de uma história de grandes conquistas, de conquistas do tamanho deste país.

Portanto, quando a gente olha para movimentos, sejam eles de que origem foram, que criticam, que questionam e que buscam deformar a imagem da previdência, nós devemos estar atentos e resistentes, pois tais movimentos servem apenas para destruir conquistas deste país, da população deste país. Quando falam mal do nosso sistema previdenciário, estão questionando o maior sistema de atenção social da América Latina. Quando falam mal da nossa estrutura e tentam questionar aquilo que foi alvo de tanta disputa histórica de trabalhadores em prol da afirmação dos seus direitos, estão, na verdade, tentando destruir direitos conquistados pelos trabalhadores deste país. Se nós não olharmos para a previdência pelo filtro, pelo olhar das conquistas que ela consigna, por meio da sua existência, nós vamos estar olhando de forma apequenada para a previdência social.

Aí louvo a iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como servidor de carreira do INSS há 17 anos que sou, de recriar o Ministério da Previdência. É uma grande luta histórica a afirmação da importância da previdência social no painel, no cenário político deste país. Normalmente, olham para a previdência como um grande espaço de escoamento de recursos públicos e deixam de observar a importância econômica e a afirmação de dignidade que é presente no ato de concessão dos benefícios previdenciários, que alcançam, de forma capilar, os mais diferentes rincões deste país, permitindo que a população deste país, em diversos lugares, tenha o mínimo de dignidade e de afirmação de direitos.

Se o Senado é a Casa de construção legislativa desta República, o INSS é a casa de reconhecimento de direitos previdenciários deste país, e não olhar para o INSS com essa importância, com certeza, tira um diamante deste anel tão bonito entre ela, a sociedade brasileira, o direito previdenciário e a sua conquista.



O INSS é o diamante deste anel, Senador, e, com certeza, não deixar de perceber que o INSS vem sendo historicamente diminuído... Perdemos tanto desde a nossa construção: algumas vezes, por opções políticas; outras vezes, por opções administrativas, mas o INSS foi sendo historicamente diminuído.

No início, lá, quando da nossa fundação, em 1990, nós tínhamos uma procuradoria autárquica; nós tínhamos um sistema de contribuições que era gerido pela autarquia; nós tínhamos um sistema de fiscalização que era exercido por servidores da autarquia. E, no curso da história, pelas diferentes razões, todas essas coisas ganharam a sua emancipação em outros órgãos.

Hoje, o INSS sequer possui consigo, dentro da sua ambiência, parte do processo de reconhecimento de direitos na esfera dos benefícios por incapacidade, já que, por opção do Governo passado, os médicos peritos federais foram segregados no órgão da administração direta. E não estamos aqui discutindo o mérito disso, mas mostrando que, historicamente, houve um processo de esvaziamento de competências do INSS.

Mas, junto desse processo de esvaziamento de competências, houve também um processo histórico de desatenção política em relação a esse órgão. Por quê? Porque vimos a perda de quase 50% do nosso número de servidores ativos em dez anos, sem que houvesse concurso de reposição. Há dez anos nós éramos quase 40 mil servidores neste país e hoje somos em torno de 18,3 mil servidores – 18,3 mil heróis, que sustentam de pé e em funcionamento a máquina que gira quase 38 milhões de benefícios ativos e que recebe, por mês, mais de 1 milhão de requerimentos administrativos para serem analisados.

E aí, senhores, eu vou tomar a liberdade de interromper a minha fala e pedir aos senhores que nós, em comemoração aos cem anos da Lei Eloy Chaves, possamos cumprimentar estes...

(Soa a campanha.)

O SR. GLAUCO ANDRÉ FONSECA WAMBURG – ... 18,3 mil servidores que sustentam de pé e em funcionamento a administração pública na esfera previdenciária, no âmbito do INSS. São 18,3 mil heróis que merecem as nossas palmas. *(Palmas.)*

Eu passei o meu tempo.

Quero apenas agradecer a oportunidade e, em nome do Ministro Carlos Lupi, dizer que estamos diante de um grande desafio, o desafio que nos foi dado pelo Presidente da República no discurso de posse: precisamos enfrentar as filas; precisamos reduzir o tempo que as pessoas esperam para alcançar os seus direitos. E, para isso, nós estamos mobilizando todos os nossos esforços. E temos certeza, já avançamos. A nossa produtividade no mês de março, Senador, foi a maior de todo o último ciclo histórico dos cinco anos, mesmo que o Governo anterior tenha estruturado um sistema de bonificação com data de encerramento em 31/12, reduzindo em quase 40% a nossa capacidade produtiva de análise de benefícios e deixando uma grande bomba armada para os três primeiros meses do ano. Já estamos desmontando essa bomba, aumentamos a nossa produtividade, temos um compromisso com a eficiência e temos certeza de que o INSS vem exercendo e continuará exercendo o seu papel, sob a égide do Ministério da Previdência e da batuta do Ministro Carlos Lupi, para entregarmos com eficiência os direitos previdenciários à sociedade brasileira. Esse é o nosso compromisso, reafirmado nos cem anos da Lei Eloy Chaves.

Meu muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Glauco André Fonseca Wamburgo, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que, na sua fala – e eu concordo plenamente –, fortalece a nossa previdência social pública. Ao mesmo tempo, ele fala corretamente – e tem aqui o nosso reconhecimento – do desmonte que tentaram fazer no nosso INSS. E, infelizmente, isso é um fato real. A população aumentou, e o número de servidores é menos da metade em relação a esse período. Então, fica aqui a nossa solidariedade. Parabéns pela fala.



Passamos, de imediato, a palavra ao Sr. Carlos Olegário Machado Ramos, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), que foi um dos que me procuraram – não é, Carlos? –, via Warley, que é o Presidente e que não pôde estar aqui, para promovermos este momento. Eu estou vendo que foi bem encaminhado junto à categoria, porque os idosos e aposentados estão aqui.

A palavra é sua, Carlos. (*Palmas.*)

Carlos, pode falar daqui ou da tribuna, como quiser.

O Carlos representa o Presidente Warley, da Cobap. O Carlos é o Vice-Presidente.

O SR. CARLOS OLEGÁRIO MACHADO RAMOS (Para discursar.) – Senador, quero lhe agradecer do fundo do coração, meu conterrâneo, meu amigo.

Trago aqui o meu abraço fraterno do (*Falha no áudio.*) que não pôde comparecer.

Eu quero agradecer à Diretoria do Cobap, que está com a gente aqui; ao Presidente da Federação de Minas Gerais, o Robson, e a outros que possam estar aí; e principalmente aos aposentados, aqueles que contribuem para que existam, e fortemente, ações – e não só neste momento – da Cobap, das federações e das associações.

Sempre que a gente tem uma demanda e tem uma dificuldade, a Cobap, o Warley, a gente sempre pede socorro para o Senador Paim, que prontamente está aí na luta... Quantas vezes nós conseguimos entrar aqui pela área do cafezinho, por lá, porque impediram... Eu frequento o Congresso desde 1979, quando os militares estavam fortes aqui. E teve um período, agora, Senador, em que foi muito mais difícil entrar do que no tempo dos militares, e quem abria as portas era o Senador.

Eu tenho, Senador – e aí estou falando por mim –, uma dificuldade enorme de entender a política. Ela faz algumas injustiças, porque, em algum governo que realmente esteja verdadeiramente comprometido com o social, com a previdência, com os trabalhadores que contribuíram com a riqueza deste país e com os direitos humanos anos, obrigatoriamente, o Senador Paim tinha que ser um ministro. E a gente, desta vez, Senador, fez um movimento forte do movimento social, das centrais para ver se a gente pressionava o Governo para lhe colocar como ministro. E não é por ser padrinho nosso, é pelo conhecimento, pelo caráter. E vou dizer, Senador, que, da história que eu conheço, muito poucos, muito poucos tiveram o seu partido governando e não trocaram de lado do balcão. O Senador ficou sempre defendendo aquilo em que ele acreditava.

Então, Senador, a gente tem um carinho muito grande pelo senhor, e a história vai dizer lá na frente quem foi o Senador Paulo Paim.

Quero dizer que a previdência é a melhor distribuidora de renda, eu acho que é o maior programa social que já existiu, mas ela vem sofrendo golpes dia a dia, governo após governo, não é? Nós já fizemos, diferentemente dos outros sistemas, uma média, e média é um meio, e esse meio é meio esvaziado. E depois criaram o fator previdenciário, que esvaziou mesmo, além de todas as outras dificuldades que a gente enfrenta. E a reforma trabalhista está afetando e vai afetar a previdência, mas nós lutamos – e o Senador sabe disso e acompanhou a gente – para criarmos o banco da seguridade social, porque nós entendemos, foi demonstrado e o Senador foi um grande responsável por mostrar, que a previdência não é deficitária, muito pelo contrário. E nós, já que o Governo tinha dificuldade, queríamos que nós, com a tripartite, administrássemos a previdência e criássemos o banco da segurança social. E eu acho, Paim, que está na hora de a gente voltar a essa discussão. Não é, Senador?

O INSS, a previdência social é a segunda maior arrecadadora. E os caras lutaram, lutaram e levaram para o caixa único, não é? Hoje está no caixa único, se eu não estou enganado, não é, Senador? Está no caixa único. Então, nunca foi deficitária e é importante porque os 68% dos municípios... O Senador sabe melhor que eu esses dados: a folha de pagamento do INSS é a maior arrecadação dos municípios, que gera



postos de trabalho, gera impostos, faz crescer o movimento e tem aquela distribuição social mais justa.

Então... Eu não sei qual é o tempo que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Tem mais cinco minutos.

O SR. CARLOS OLEGÁRIO MACHADO RAMOS – Então, tenho tempo. Eu estava apavorando um pouquinho.

E a gente vê governo após governo tirando os direitos dos trabalhadores, saqueando a previdência. A dificuldade hoje para se aposentar é terrível, os benefícios não se recebem... Tem gente lá em Canoas que está há três anos esperando, Senador, o benefício e não consegue trabalhar; está realmente doente e não consegue receber. E tem uma fila de 1 milhão de pessoas que estava esperando até pouco tempo. E este Governo que entrou aí... Aliás, nós temos alguns governos que vêm, desde o Fernando Henrique, mexendo nos direitos dos trabalhadores, mexendo com a reforma trabalhista e com a reforma previdenciária. E nós, graças ao Senador Paim, à Cobap e ao movimento, fomos os últimos a sofrer uma reforma e mesmo assim não foi a reforma que eles queriam. Muitas maldades a gente impediu que passassem. Então, nós temos uma dificuldade enorme. Eu vejo a previdência sendo saqueada.

Nós tivemos lá uma audiência pública com o Ministério Público em Porto Alegre e aí vimos toda a instalação precária. Eles mandaram o pessoal trabalhar em casa, e depois o pessoal trabalhava demais para poder atender a essa demanda; não queriam mais, porque tinham que passar nos corredores onde tinha rato, a comida... Tinha rato, tinha barata, tinha uma série de coisa. O ambiente é hostil ao trabalhador. Aqui ele não falou, mas ele deve saber disso, não é? Então, é hostil ao trabalhador, é insalubre com interesse sei lá do quê?

Na verdade, faz muitos anos que a gente vem vendo que os governos querem que a gente se aposente com o pé na cova. Nós estamos, graças à medicina, vivendo um pouco mais, bem mais, e o governo acha que isso é prejuízo. Mas nós contribuímos muito.

Para finalizar, Senador, nós fizemos um congresso lá no Rio Grande do Sul, e eu não lembro qual era o estudo que eles levaram, mas eles fizeram um estudo, aliás, um dos poucos institutos que pode pressionar o Supremo Tribunal.

Eles demonstraram que, se a pessoa começar a trabalhar com 15 anos e contribuir pelo salário mínimo – era pelo salário mínimo esse cálculo – por 35 anos, aplicando na poupança, essa poupança normal nossa, ela teria R\$436 milhões, e a média de vida de um aposentado é de 15 anos, gastaria 126. Então, sobra dinheiro. Aquela história de que muitos pagam para um receber não precisa. A gente contribui para a gente mesmo, desde que se aplique o dinheiro, só que o governo gasta – gasta e gasta mal, administra mal –, falta dinheiro e aí a primeira coisa é tirar o dinheiro da gente.

Quero, mais uma vez, Senador, agradecer por esta oportunidade. A gente conta com o senhor. O senhor nos representa, e o Rio Grande do Sul tem um orgulho imenso, Senador, de ter um Senador da estrutura, da capacidade, da honradez que tem o Senador Paulo Paim. E ele sabe disso porque eu falo isso na frente dele e falo longe.

Nós lutamos em alguns congressos que a gente fez. A gente foi cobrado lá, e o Rio Grande do Sul cobra que cada estado eleja um Senador da capacidade do Senador Paulo Paim, com o compromisso que tem com as pessoas, com o social e com este país.

Então, a Cobap agradece do fundo do coração por mais esta abertura que o senhor nos deu aqui.

Nós queremos mais cem anos de previdência com muito mais saúde, com muito mais capacidade de atender a demanda e com mais capacidade ainda de fazer distribuição de renda e de amparo social.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –



Muito bem. Esse foi o Sr. Carlos Olegário Machado Ramos, Vice-Presidente da Cobap.

Os elogios que ele teceu a mim, colegas, são porque ele é meu amigo, é lá da minha cidade de Canoas e acompanhou o tempo em que eu fui Presidente do sindicato, enfim, mas ele sabe que, apesar das insistências até em que eu fosse Prefeito de Canoas, fosse Governador do estado, eu optei pelo Legislativo durante toda a minha vida pública e não tenho nenhum questionamento a fazer em relação ao tempo em que nós fomos Governador do Rio Grande do Sul com o Olívio e com o Tarso e em felizes tempos, na minha ótica, de Dilma e de Lula. Conversamos muito, mas todos sabem da minha opção. Já teve Congresso da Cobap em que se disse: “Não, tem que ser candidato a alguma coisa no Executivo e tal”. Então, agradeço muito à Cobap por esses momentos de muita alegria, mas eu gosto do Legislativo. Não é de graça, não vou me elogiar aqui, agora, mas saiu uma matéria esse fim de semana ainda no jornal *O Globo*, se eu não me engano, que diz que eu sou o Parlamentar que mais tem projetos, o Senador que mais tem projetos circulando. Mas isso também não é importante, o importante é estar do lado das grandes causas. É isto com que eu me preocupo sempre aqui dentro do Parlamento: fortalecer o Executivo neste momento tão tumultuado ainda do nosso país.

Eu estive nessa semana com as dez centrais – você foi testemunha, você vai falar depois –, foi importante ali a reflexão que fizemos com as centrais sindicais e estamos aqui neste momento de cem anos, cem anos da nossa previdência pública.

Vamos agora, então, conceder a palavra à Sra. Fernanda Hahn, Defensora Pública Federal e Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária da DPU. Ela falará remotamente – estará na tela.

Por favor, Dra. Fernanda Hahn.

A SRA. FERNANDA HAHN (*Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. FERNANDA HAHN (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, a quem cumprimento com muito respeito e carinho, e estendo a todas e a todos que participam comigo desta mesa, todos aí presentes, todos os segurados, seguradas, beneficiários da previdência social, nesta importante sessão especial comemorativa do primeiro centenário da Lei Eloy Chaves, o nosso Decreto Legislativo 4.682, de 1923.

Falo aqui do Rio Grande do Sul, sua terra natal, Senador. Não pude estar presente fisicamente, mas estou atenta e muito feliz de estar aqui em nome da Defensoria Pública da União, que aqui represento. Agradeço a possibilidade e o convite de trazer nossas reflexões neste importante dia.

Pois bem, temos aqui a comemoração de um marco fundamental na vida dos trabalhadores e seus dependentes, quando, então, o Parlamentar Eloy Chaves, apesar da resistência de seus pares e dos empresários à época – o que nos parece bem natural e ainda hoje nós vemos nas nossas lutas de mudanças legislativas de reconhecimento de direitos; sempre é algo de bastante resistência quando se fala de direitos, de concessão de direitos às classes menos favorecidas –, conseguiu, naquela época, com um esforço argumentativo e conciliatório que lhe era peculiar, avançar no que hoje temos como principal instrumento legal de origem da previdência social. A gente sabe que teve algumas legislações precedentes, mas, no nosso país, nós temos, então, este marco importante, que ocorreu há cem anos, de um sistema, de um dos maiores sistemas de proteção social do mundo.

Então, nós vimos, Senador e todos aí presentes, nesses anos a consolidação do nosso sistema previdenciário, o qual protege mais de 100 milhões de brasileiros, cidadãos – é verdade –, e paga 37 milhões de benefícios. A gente costuma sempre ouvir nas falas do INSS que realmente é uma gestão de um grande país, não é?



Então, a Defensoria Pública da União esteve e está neste processo de construção da previdência social, Senador. Como V. Exa. sabe e acompanha de perto o nosso trabalho, nós somos uma instituição que presta assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados. E neste universo temos milhões de brasileiros e brasileiras destinatários dos nossos serviços, dentre eles a assistência jurídica nas questões ligadas à previdência e também à assistência social, especificamente ao BPC, que hoje e há alguns anos é gerenciado pelo INSS.

Nesse caminho em que a gente vem trabalhando com a previdência, na verdade como um dos nossos principais carros-chefes de trabalho da defensoria nós não só buscamos prestar assistência aos indivíduos nas suas demandas... Procuram-nos, todos os dias, em todos os lugares do país, pessoas buscando auxílio nos casos de indeferimento de benefícios, de demora na análise do benefício – a gente sabe que a fila realmente é um grande desafio –, na educação, em direitos previdenciários. Quando a gente vai a uma comunidade quilombola, a uma comunidade indígena, com a população em situação de rua, a gente também faz esse trabalho de educação previdenciária, para fim de contribuir e buscar contribuir com a prestação dos serviços do INSS na melhoria da legislação previdenciária. Quando nós participamos – aí nós temos amigos que acompanham esse trabalho, como a Gisele, o Glauco – nos espaços interinstitucionais, a gente tem a possibilidade de contribuir para, junto com o Ministério da Previdência, com o INSS e com os demais atores envolvidos com a previdência social, nós sermos a voz da população carente nesses espaços, trazendo nossas reflexões, nossas preocupações.

Então, nesses cem anos – claro que não vimos durante os cem anos, até porque a Defensoria Pública da União é uma instituição ainda jovem –, nós vimos mudanças, diversas mudanças legislativas e seu aperfeiçoamento. De fato, houve um grande aperfeiçoamento. A Defensoria, então, passa sempre de forma muito atenta a essas mudanças e especialmente nós realmente nos atentamos.

Quanto à reforma da previdência de 2019, como V. Exa. falou no início da sua fala, não podemos negar – não é, Senador? – que carrega a nossa preocupação diante de diversos dispositivos em que consideramos que houve um retrocesso, e lamentavelmente vimos reduzir ou tornar mais difícil o acesso à previdência social, notadamente para quem mais dela precisa e que são nossos assistidos e assistidas da defensoria. Nós vimos na reforma a redução do valor dos benefícios pagos àqueles incapacitados permanentemente para o trabalho – portanto, pessoas afastadas do mercado de trabalho em razão de invalidez – e a redução abrupta do valor das pensões por morte.

Nós levamos há um mês ao Ministério da Previdência nossa preocupação e a solicitação da possibilidade de esse novo Governo se debruçar nessas questões que para nós são muito caras e muito importantes na vida das pessoas destinatárias da previdência, de modo a se estudar a possibilidade de revisão do que veio aí nessa reforma, trazendo grandes prejuízo aos segurados dependentes.

Nesse trilhar então dos cem anos da previdência, nós acompanhamos, na sua última década, os avanços tecnológicos. Vimos a transição da saída de pilhas e pilhas de papéis, processos físicos recheados de folhas, saímos das gigantes filas nas ruas das agências para a implementação do acesso ao atendimento via canais telefônicos pelo número 135, para implementação do INSS Digital e a criação da central de serviços do famoso Meu INSS. Ao mesmo tempo em que nós valorizamos, sem dúvida alguma, essa construção de mecanismos de expansão de acesso – é inegável que talvez isso só seja possível através de um celular ou de um computador –, também nos acompanha a preocupação de que milhares de brasileiras e brasileiros demais destinatários da previdência ainda sejam analfabetos digitais. Esse olhar, Senador, nós buscamos levar aos gestores da Previdência Social. O Glauco está aí presente e pode confirmar que a gente sempre leva essa preocupação de que a humanização do atendimento – o olho no olho, a conversa frente a frente – ainda é uma necessidade, especialmente às pessoas idosas, às pessoas com deficiência, à população em situação de rua e a todos, de modo geral, que são analfabetos digitais. Nós temos ciência disso. E são



sensíveis as dificuldades do número de servidores públicos; foi falado aqui que há cerca de 18 mil aguerridos servidores do INSS, buscando prestar esse serviço, mas sabemos que este Governo, mais do que nunca, deve se debruçar com esse olhar de que há necessidade, sim, de mais servidores ou a contratação de pessoal para que façam atendimento nas agências do INSS, para que as pessoas batam à porta e não sejam atendidas por seguranças. Que elas tenham condições de entrar no serviço público, que possam ser atendidas, orientadas. Essa realmente é uma preocupação muito importante que a gente vem trazendo ao INSS e ao Ministério da Previdência, de que se deve ainda manter esses espaços abertos, as casas da Previdência aberta aos menos favorecidos.

Nosso olhar continuará atento para o futuro, sem dúvida alguma, valorizando as conquistas do passado. O grande legado deixado por Eloy Chaves, buscando a continuidade da construção e qualificação da Previdência Social, para que realmente faça cumprir os seus principais papéis da ordem social, o que está inserido na Constituição, que é garantir o bem-estar e a justiça social.

Eu termino minha manifestação trazendo um trecho da fala de Eloy Chaves, no seu discurso de defesa do projeto na Câmara dos Deputados àquela época: “Estamos em novos tempos. As classes menos favorecidas aspiram mui justamente a um maior quinhão de vida e de conforto. Cumpre atendê-las com espírito liberal e amigo”.

Que nesse espírito nós possamos sensibilizar nosso olhar a quem foi destinada a previdência social: a proteção dos trabalhadores e trabalhadoras menos favorecidos, com um olhar atento aos objetivos fundamentais da nossa República, com a construção de uma sociedade livre, justa, solidária, buscando a tão desafiadora erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.

Parabenizo pela iniciativa, Senador, em propor esta importante sessão solene, assim como a sua luta incessante pelo aprimoramento da previdência social em tantos projetos de sua autoria e na contribuição de tanto debates e discussões travadas no Congresso Nacional.

Em nome da DPU, rendo aqui as minhas homenagens.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos, Sra. Fernanda Hahn, Defensora Pública Federal e Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária da DPU. Meus cumprimentos! Faz uma fala voltada para as políticas humanitárias.

Eu sempre digo que a defensoria cumpre um papel fundamental. E com essa sua visão nós concordamos na íntegra: de avançarmos sempre na linha de fazer o bem sem olhar a quem.

Concedo a palavra neste momento ao Sr. Vilson Antonio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e da Pública Central dos Servidores do DF.

Eu queria dizer, Romero, a você que é Presidente, que nós fizemos aniversário juntos: eu e a Anfip. Somos do mesmo período. (*Palmas.*)

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Exmos. Senadores que nos prestigiam neste evento, acima de tudo muito obrigado aos senhores aposentados do INSS que aqui prestigiam esta cerimônia. A vocês, a nossa homenagem. Com isso, também saudamos todas as autoridades presentes, nossos conselheiros, lideranças e dirigentes.

Senador, eu quero aqui trazer à sua presença e lançar oficialmente neste evento um humilde e modesto registro histórico do centenário da Previdência. Este livro aqui, que se chama *100 Anos da Previdência Social – Coletânea* e que conta inclusive com a sua colaboração em um artigo opinativo, ele é uma singela publicação, mas, acima de tudo, uma contribuição da Anfip para a história da nossa Previdência Social, de que eu tenho honra, há 36 anos, de trazer na veia.

Há 73 anos, a Anfip traz o seu DNA à Previdência Social. Em 1950, ela foi constituída da união de



todos os antigos fiscais, os fiscais dos antigos institutos de aposentadorias e pensões; ou seja, desde então, estamos lutando por esse recurso que garante e que mitiga a desigualdade que grassa em nosso país.

Salve também à Anfip, que, um quarto de século mais jovem que essa Previdência, continua defendendo a contribuição previdenciária, que hoje, na estrutura dos tributos federais, corresponde a um quarto do que arrecada a Receita Federal, mas, do conjunto das contribuições que financiam esse grande guarda-chuva chamado seguridade social, a quase 70%. Ou seja, eu também trago meu aplauso não só aos aposentados, mas à categoria que eu represento da carreira da auditoria tributária aduaneira, que muito faz para buscar os recursos que permitem o pagamento pontual mensal a todos os nossos aposentados.

Uma salva de palmas a todos eles! (*Palmas.*)

Permito-me também, Senador, mencionar todos aqueles autores que colaboraram com essa nossa publicação para que fique registrado nos *Anais*. Vejo aqui e abraço não só o Senador, mas o meu querido Prof. Guilherme Delgado, que aqui nos honra com a presença; o Diego Cherulli, e tantos outros, como: a Adriane Bramante; o Álvaro Sólton de França; o Clemente Ganz Lúcio; o Décio Bruno Lopes; a professora e economista Denise Gentil; a Eli Iola, da Universidade de Minas Gerais; o Emídio Rebelo; o Fabio Giambiagi; o Fábio Zambitte; o Ivo Loiola; o nosso ex-Governador e ex-Ministro da Previdência, Jair Soares; a Jane Lucia Berwanger também, que foi Presidente do IBDP; o João Batista Lazzari, o José Alberto Simonetti, da OAB; o Juliano Goulart; a Letícia Doherty; o Luciano Fazio; o Luís Ricardo Martins; o Luiz Alberto dos Santos; a Marilane Teixeira; o Narlon Gutierrez Nogueira; o Paulo Kliass; a advogada Thaís Riedel Zubá; o Wagner Balera; o Warley Martins, Presidente da Cobap; e o nosso histórico estudioso da área Wladimir Novaes Martinez. A todos esses, eu também quero um aplauso muito sincero... (*Palmas.*)

... saudando por essa colaboração nesta nossa publicação singela, mas que se revela um registro histórico.

E eu não posso deixar, Senador Paim, de rememorar isso que, desde abril de 1987, há 36 anos, quando eu entrei no concurso para Fiscal de Contribuições Previdenciárias do ex-Iapas, lá na cidade de Novo Hamburgo, trilhando aquelas ruas onde se fazia verificação física e controle dos cadastros fiscais das empresas, nós continuamos – e vejo aqui grandes companheiros da Anfip também – lutando, defendendo e buscando recursos por essa previdência.

E falo aqui não só em nome da Anfip, eu falo na condição de Presidente no DF da Pública Central de Servidores, falo também como membro da Direção Nacional do Dieese e das nossas Associação Riograndense de Imprensa e Associação Brasileira de Imprensa. Nós todos trazemos esse abraço, saudamos esse grande instrumento de redistribuição de renda, cuja pedra fundamental foi lançada em 24 de janeiro de 1923 pelo então Presidente da República Arthur Bernardes.

Hoje transformado no Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS, nós temos a convicção de que se consolidou como um dos maiores instrumentos de redistribuição de renda, quicá do mundo ocidental, mitigador dessa mazela que vemos em todos os cantos do Brasil aumentando: a desigualdade social.

Pelos números do final de 2022 e aqui reforçados pelo Presidente do INSS, são mais de 38 milhões de aposentados, pensionistas e demais beneficiários das áreas urbana e rural que recebem pontualmente cerca de R\$65 bilhões todo mês. São pagos mais de uma dezena de benefícios: aposentadoria por idade, por invalidez, por tempo de contribuição, pensão por morte, auxílios-doença, acidente, reclusão, além dos da Lei Orgânica da Assistência Social, que são os de prestação continuada.

É um cipoal previdenciário que, ao longo dos últimos anos, em especial na pandemia, impediu que milhões de brasileiros caíssem no fosso da pobreza, no fosso da infâmia, abaixo da linha da miséria, e que permitiu alguma dignidade aos que contribuíram mensalmente, muito ou pouco, para fazerem jus



ao amparo ao final da vida laborativa, na invalidez e na velhice. Apesar de quase 70% dos milhões de beneficiários receberem até um salário mínimo, a grande maioria dos aposentados e pensionistas segue responsável pelo sustento das suas famílias.

Não podemos deixar de fazer algumas observações críticas: o nosso INSS Digital tem problemas. O Brasil é um país em que grande parte da sua população é excluída digitalmente, portanto, tem dificuldade de acesso. Nós vemos que tem graves problemas de segurança digital nos sistemas do INSS. Nós sabemos que o INSS Digital restringiu o acesso da população a inúmeros serviços.

Nós sabemos que também essa digitalização encaminhou para que houvesse um distanciamento, e lógico que, somado à precariedade das instalações e à perda de milhares de servidores, fez com que nós tivéssemos não só 1,8 milhão de pedidos de aposentadoria represados, mas também temos quase 8 milhões de procedimentos represados das mais diversas origens, que dizem respeito a pedidos, a perícias, etc., a todas as relações do cidadão com o INSS. Portanto, precisamos ter uma atenção muito grande e, acima de tudo, um cuidado.

E eu peço aqui ao Presidente do INSS, que eu sei que está empenhado nessa missão, mas também ao Ministro da Previdência e, acima de tudo, à vigilância das entidades representativas, centrais sindicais e confederações de aposentados e pensionistas, porque o papel de vigilância é nosso, de todos, não só da Anfip, como de todos vocês.

Porém, indubitavelmente, apesar das críticas, das filas...

(Soa a campanha.)

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – ... do represamento na concessão, das dificuldades do acesso digital, do abandono e da precarização das unidades de atendimento, das carências de recursos humanos e materiais, a previdência continua sendo a mais importante política pública de combate à desigualdade social nesta nossa pátria amada idolatrada. Salve a previdência social, mais cem anos de vida!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Wilson Romero, Presidente da Anfip e da Pública Central do Servidor público do DF. Parabéns! Fez algumas considerações sobre o nosso INSS, mas fortalecendo sempre a previdência, na certeza de que, daqui para frente, vamos avançar.

Concedo a palavra agora à Sra. Gisele Lemos Kravchychyn, Presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A SRA. GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas! É um prazer poder estar aqui, hoje neste dia comemorativo. Muito obrigada, Senador Paim, e parabéns também por toda a luta que tem feito a favor e em favor dos nossos aposentados!

Quero cumprimentar a mesa: o Dr. Glauco, Presidente do INSS; a Dra. Fernanda Hahn, que está com a gente *online*; o Dr. Vilson; o Dr. Carlos; o Dr. Diego. Muito obrigada por compartilharem este momento e a mesa comigo.

Quero também cumprimentar todos os aposentados que estão aqui. Parabéns pela luta que vocês têm feito, não só por todo o trabalho desenvolvido em associações, em confederações, mas também por cada um de nós lutando, no dia a dia, para garantir a dignidade não só, às vezes, da nossa família, mas também dos demais aposentados e daqueles que precisam do benefício na previdência social!

Eu venho falar brevemente – até porque muito e de muita qualidade já foi dito hoje – sobre a importância da previdência social. O marco histórico que vivemos este ano nos ajuda também a lembrar não só tudo o que foi feito, mas também tudo aquilo que precisa ser feito para que a gente siga evoluindo



e siga garantindo a dignidade para as famílias brasileiras. A previdência – e meu pai era advogado previdenciário e me ensinou, desde pequena – é a área do Direito que atende o trabalhador e o cidadão brasileiro mesmo antes de ele nascer e vai acompanhá-lo até depois de terminar a sua vida aqui na terra. Ela vai atender, desde 28 dias antes do salário maternidade, até proteger a sua família, que, muitas vezes, além de sentir a sua falta, fica também, pode ficar desatendida após a sua ausência. E a previdência promove, como já foi dito hoje, distribuição de renda, proteção ao idoso, à pessoa com deficiência, à pessoa com incapacidade, à criança e às famílias brasileiras.

A gente vive, atualmente, um pós-reforma. A EC 103 nos trouxe vários desafios, reduções de direitos, dificuldades de cálculo, algumas reduções até de benefícios com a ampliação da forma de média, e muito já foi dito hoje aqui, inclusive com relação a isso. Mas a EC também desconstitucionalizou a previdência no Brasil, ela tirou parte das normas que estavam na garantia constitucional e trouxe a viabilidade, talvez uma oportunidade, de que as mudanças possam ser feitas por lei ordinária ou lei complementar. Isso traz, sem dúvida, uma oportunidade para buscarmos importantes avanços aqui neste Congresso Nacional e, daí, por isso, a importância da presença de todos vocês aposentados e de todas associações e instituições relacionadas à garantia desse direito, mas também nos traz um desafio e um cuidado extra para que a gente entenda que previdência não é só despesa e para que a gente consiga transmitir essa ideia àqueles que não só fazem as leis, mas que executam as leis. Já temos um grande avanço, não somos mais uma perninha do Ministério da Economia, somos o Ministério da Previdência. (*Palmas.*)

E ficam aqui já os meus parabéns por esse reconhecimento da importância dessa área de Direito.

Também é importante a gente entender a previdência como uma das mais essenciais ferramentas públicas da viabilização dos direitos fundamentais previstos na nossa Constituição. A gente tem o fortalecimento da cidadania, da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho protegidos quando a gente fortalece a Previdência, quando a gente fortalece o INSS, quando a gente abre o debate não só com os especialistas, mas também com aqueles que são a meta, que são aqueles que vão receber o benefício. Será que eles estão sendo bem atendidos? Será que eles se atendem? Será que eles estão sendo bem recebidos não só no INSS, mas por todos aqueles envolvidos na prestação do benefício?

Gostaria de ressaltar aqui, como já foram mencionados alguns retrocessos que tivemos na questão do cálculo da aposentadoria por invalidez, agora por incapacidade, da pensão por morte, a importância de a gente fortalecer o INSS, de dar condições, de chamar os servidores, de fazer novos concursos, de contratar novos peritos, de melhorar as ferramentas *online*, as ferramentas de internet, mas também mantermos o atendimento presencial.

Eu gostaria de ressaltar talvez um ponto de extremo retrocesso a meu ver, mas que, às vezes, acaba despercebido ou desconhecido, que é a desproteção, ou a ausência de proteção social daquele trabalhador com carteira assinada que recebe abaixo do salário mínimo. Essa mudança aconteceu não só na EC, mas também na regulamentação dela, quando a gente teve o Decreto 10.410, trazendo a regra de que, mesmo com a carteira assinada, o trabalhador não mantém sequer a qualidade de segurado, sequer o vínculo com o sistema. Não é só que aquele mês não vai contar para a sua aposentadoria, é que, se ele ficar doente ou se ele vier a óbito, a sua família está desatendida.

E eu ressalto isso aqui porque, ao falarmos com o povo também nesta Casa, é importante que eles saibam que, se o seu salário for menor do que um salário mínimo, mesmo com a carteira assinada, desde 13 de novembro de 2019, aquele mês não conta para nada, e você vai ter que tirar um pouquinho daquele seu suado e baixo valor de remuneração para contribuir a mais – isso não é mais responsabilidade do empregador – para que você mantenha o direito e a proteção social, inclusive para benefício de risco como pensão e invalidez. Isso é muito grave.

Esse é um dos pontos que acho que a gente precisa seguir debatendo: a proteção social daquele que



é o destinatário da norma. Não podemos olhar a previdência apenas como despesa. Precisamos atentar não só às regras que saem desta Casa, mas também àquelas que vêm na regulamentação, na restrição de direitos por decreto – não é sequer por lei.

Então, gostaria até... Não vou me alongar muito, mas, sem dúvida, a valorização que se dá hoje, num evento como este, com a presença maciça dos aposentados, é de extrema relevância para que a gente siga este debate com a importância e com os argumentos que ele merece, para recordarmos o passado, analisarmos o presente e seguirmos juntos na luta pelo futuro que desejamos não só para nós, mas para aqueles que nos seguem, para as nossas famílias, para os nossos filhos.

A advocacia previdenciária brasileira segue atenta, diligente, aberta ao diálogo, mas pronta para a luta na defesa do direito social e dos princípios que norteiam a previdência.

Parabenizamos o Senado, o Senador Paim, parabenizamos todos da mesa que aqui doam o seu tempo na luta a favor da previdência e agradecemos por poder participar deste dia de celebração e de valorização da previdência com a promoção de diálogos e também com importantes passos e promoções que a gente possa fazer na garantia da proteção social almejada pela nossa Constituição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Sra. Gisele Lemos Kravchychyn, Presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil, que fortaleceu mais uma vez o nosso INSS, a nossa previdência pública, mas destacou os prejuízos que tivemos com as últimas reformas, e que a previdência é o instrumento fundamental no campo da seguridade social para atender em torno de 40 milhões de pessoas.

Passamos a palavra neste momento ao Sr. Diego Monteiro Cherulli, advogado, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Senador Paulo Paim, muito obrigado pelo convite feito ao IBDP, uma entidade que vem, há anos, lutando pela previdência. Nós estamos sempre abertos a atuar junto. Atuamos de forma apartidária, sem ideologias, buscando sempre o melhor, sempre a nossa previdência social.

Na pessoa de V. Exa., eu desejo meu bom-dia a toda a mesa: Sra. Fernanda, Sr. Glauco, Sr. Wilson, Sra. Gisele, Sr. Carlos e também dou o meu bom-dia ao Secretário do Regime Geral de Previdência Social, Sr. Adroaldo, que tem feito um trabalho muito legal.

Toda a equipe, Senador... (*Palmas.*)

Toda a equipe do Ministério, inclusive o Ministro, estão muito empenhados. Nós podemos, às vezes, achar que as coisas estão demorando e outras situações, mas não. Eles pegaram uma situação complicada. Eles estão tentando botar ordem na casa, estão tentando agir, e o IBDP tem ajudado e vai continuar ajudando o secretário no que for preciso. Inclusive, Senador, o Sr. Secretário do Regime Próprio da Previdência Social, o Sr. Paulo Roberto, nos pediu para enviar uma minuta de proposta de lei para a regulamentação da pensão por morte e da aposentadoria por invalidez, que é a grande injustiça que fizeram com a reforma da previdência.

Hoje, uma pensão por morte, a depender da situação, pode chegar a 35% do valor de um benefício. Isso é absurdo. E os benefícios por incapacidade permanente seguem na mesma lógica. Este é um problema atual da nossa previdência social: ela é vista como um inimigo, o servidor é visto como inimigo. Por exemplo, a pensão por morte e a aposentadoria por invalidez foram alteradas por alguns preconceitos: “Ah, é a novinha que vai receber a pensão durante muito tempo; ah, o valor da pensão, a pessoa tem que trabalhar; ah, aposentadoria por invalidez, a pessoa briga para se aposentar; então, vamos tirar dela essa vantagem”. Enquanto isso, nós desprotegemos.

A nossa previdência social está na Constituição Federal, como todos sabem, no Título VIII, que é o



título “Da Ordem Social”. Dentro da ordem social, nós temos que ela é objetivo primário do trabalho e tem como objetivo o bem-estar e a justiça social. Se não tivermos uma seguridade social vigente, uma seguridade social forte, o nosso país não vai ter o crescimento econômico que se busca. Como citou o Sr. Carlos Olegário, da Cobap, a previdência social é o maior instrumento de distribuição de renda deste país. Falar que – o que é, inclusive, contrário a qualquer lógica – a previdência social é um gasto, é uma despesa econômica altíssima é um contrassenso, porque é o que move a economia brasileira. Nós podemos falar que o agronegócio move, nós podemos falar que a indústria move, mas, se não tivermos distribuição de renda satisfatória, a roda não gira, a roda da economia não gira.

Sr. Glauco, Presidente do INSS, eu te desejo toda a sorte do mundo nesse trabalho. Pegou um trabalho difícil. Há mil servidores para empossar; que o faça logo, para que tenhamos uma previdência cada vez melhor e mais ágil, não é?

Sr. Paulo Paim, o senhor também citou dois projetos. Em especial, o da desaposentação. Eu tive o prazer, em 2014, de escrever para o senhor o primeiro projeto, que teve que ser feito agora, e a desaposentação demonstra essa desproteção. Quando nós temos uma aposentadoria de baixo valor, eu obrigo o aposentado a continuar trabalhando e gero um outro reflexo no futuro. Qual? A pessoa recebe pouco, continua trabalhando e, quando ela de fato precisa se aposentar, ela fica com muito menos, desordena toda a família daquele segurado.

Nós também temos o projeto de lei da Semana Nacional da Previdência Social, que o IBDP também teve a honra de ajudar a construir. É um importante projeto para que nós reforçemos a nossa previdência. Nós precisamos reforçar o nosso instituto, nós precisamos confiar no sistema e demonstrar para todo mundo, todos os segurados, todos os trabalhadores que é ela que vai te proteger no final. Não é a “youtuberização”, não são os falsos especialistas de Instagram e de redes sociais; nós estamos falando de um sistema realmente justo, de um sistema realmente funcional. Tem os seus percalços, obviamente, nada é perfeito, mas estão caminhando para um melhor serviço.

Com relação às filas, muito se fala das filas. O IBDP hoje se tornou uma referência, na grande mídia, em relação aos dados do INSS. E que fique claro que, quando nós falamos, não é uma situação de crítica, não é uma situação de desmerecimento. Muito pelo contrário: nós estamos ali sempre favorecendo, sempre falando “a previdência é boa”, “precisamos corrigir essa fila”, “precisamos diminuir essa quantidade absurda de processos”, e não podemos culpar a atual gestão. Na verdade, não podemos culpar muita gente. O sistema é muito grande e não se deu atenção. O Estado não deu atenção. O Legislativo, muitas vezes, não deu atenção; o Poder Executivo não deu atenção. Então, essa não é uma culpa exclusiva de A ou B que estão ocupando cargos, mas sim de toda a sociedade, porque somos nós que montamos todo esse Legislativo, no qual, agora, temos a fé de que vai trabalhar cada vez melhor.

Eu tenho um pesar, Senador Paim, de saber que esta é a sua última legislatura. O senhor foi o grande chefe da previdência social, o grande defensor do nosso sistema. O senhor atuou arduamente na reforma da previdência. O senhor apresenta projetos todos os dias para ajudar as pessoas. E sei que o senhor faz também com um brilhante gabinete, uma brilhante assessoria, que eu falo em nome do Leandro Brito Lemos, seu assessor, e estendo a todos do seu gabinete o nosso obrigado. Obrigado, Senador. Obrigado por tudo que o senhor fez e obrigado por tudo que o senhor faz. (*Palmas.*)

Só para finalizar, o IBDP agradece a todos a confiança em nós depositada, estamos sempre à disposição da seguridade social, dos regimes geral, próprio e complementar, para fazermos do INSS, para fazermos do sistema o melhor e mais justo sistema de previdência social do mundo.

Glauco, temos um grande trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –



Eu me dirijo ao Diego Cherulli da mesma forma que ao Carlos, porque ele é muito meu amigo. Por isso que eles tecem elogios, que me deixam aqui... Eu não diria constrangido, mas me deixam quietinho no meu canto, aqui, na certeza de que tudo que nós fazemos – vocês, que estão no Plenário, nós, que estamos na mesa, o Governo Dilma, o Governo Lula – vai sempre na linha de melhorar a vida das pessoas. Esse é o nosso compromisso. Foi no passado, ao longo desses...

Eu cheguei aqui na Constituinte. Nós temos hoje dois Constituintes no Senado: eu e o Renan. E, na Câmara dos Deputados, nós temos seis Deputados que estão ainda lá como Constituintes. Eu conto isso não com muita alegria, porque grande parte dos Constituintes faleceu. Eu não sei se não estou na fila... *(Risos.)*

E eu falo de forma descontraída, não é?

Mas o nosso compromisso é com as causas do povo brasileiro e assim vamos agir sempre.

Esse foi o último orador desta mesa. Eu convidaria aos senhores que retornassem, se puderem, ao Plenário.

Eu chamo agora a segunda mesa.

Com uma salva de palmas a esta mesa brilhante aqui... *(Palmas.)*

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Para fazer uma entrega...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, a entrega do livro...

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Autografado, pela sua contribuição...

(Procede-se à entrega de livro ao Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando eu falei que a Anfip... Nós nascemos no mesmo ano. Então, eu, que não escondo a minha idade nunca... A Anfip tem 73 anos. Consequentemente, eu sou também igual à Anfip. Pronto.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Meus cumprimentos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado. *(Pausa.)*

Muito obrigado, Romero, por este momento.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Obrigado ao senhor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado à Anfip. *(Pausa.)*

Sobre o nosso querido Ministro Carlos Lupi, de fato, há poucos minutos, nos informaram que ele ainda nem tinha conseguido pegar o voo no Rio de Janeiro. Ele sabe do carinho e do respeito que eu tenho por ele, não é de hoje, mas durante décadas e décadas, e ele fez questão de pedir ao Sr. Adroaldo Portal, Secretário de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social do Brasil, que viesse aqui representá-lo. Então, eu quero uma salva de palmas para o Sr. Adroaldo e para o Ministro Carlos Lupi. *(Palmas.)*

Adroaldo, vai preferir falar daí ou vem aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu o convido a deslocar-se para a mesa. Uma salva de palmas! *(Palmas.)*

Convido também o Sr. Wilson Pereira, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Seja bem-vindo! *(Palmas.)*

Convido o Sr. Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos



Trabalhadores (CUT). (*Palmas.*)

Convido o Sr. Flauzino Antunes Neto, Secretário de Relações do Trabalho da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). (*Palmas.*)

Eles aqui representam as centrais sindicais, e é com o carinho de sempre que nós recebemos a todos, eu que já fui dirigente também de central...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, um dos fundadores.

Sejam todos bem-vindos!

Convidamos agora a Sra. Janaina Policarpo, representante do Instituto de Estudos Previdenciários, Trabalhistas e Tributários e também da Associação Brasileira de Advogados. (*Palmas.*)

A Sra. Janaina Policarpo vai participar de forma remota. Eu pergunto se ela já está na tela? (*Pausa.*)

Vamos dar início a esta mesa convidando para fazer uso da palavra quem está representando o Ministro. Você vai escolher: prefere agora ou...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Ele, de forma muito carinhosa e respeitosa, me respondeu aqui baixinho: “Deixe a Doutora falar primeiro; depois, eu falo”. Preferência para as mulheres. Então, concedo a palavra, neste momento, com a grandeza do nosso representante do Ministro, à Sra. Janaina Policarpo, representante do Instituto de Estudos Previdenciários, Trabalhistas e Tributários e também da Associação Brasileira de Advogados.

A SRA. JANAINA POLICARPO (*Por videoconferência.*) – Muito bom dia. Bom dia a todos. E me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. JANAINA POLICARPO (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Eu gostaria de cumprimentar a mesa de autoridades aqui presentes nesta solenidade do Senado Federal e o faço na pessoa de V. Exa., Senador Paulo Paim, meu conterrâneo aqui do Rio Grande do Sul, a quem rendo as minhas homenagens pelas lutas constantes nos direitos sociais.

É uma grande honra eu, advogada, mulher, gaúcha e previdenciarista, estar nesta sessão solene em comemoração aos cem anos da previdência social nesta Casa, a Casa do povo, representando a Associação Brasileira de Advogados e também o Instituto de Estudos Previdenciários, Trabalhistas e Tributários, que atua constantemente como *amicus curiae* em diversos julgamentos das teses previdenciárias nos tribunais superiores. E essas duas grandes instituições das quais eu faço parte lutam diuturnamente para honrar a advocacia e a defesa dos segurados junto à previdência social.

Antes de mais nada, Senador Paim, eu gostaria de agradecer, em nome do Dr. Tiago Kidricki, que é o nosso Diretor da ABA-RS e Presidente da Comissão Nacional de Seguridade Social da ABA, o convite do nobre Senador e dizer o tanto que a ABA quanto o Ieprev fizemos nos fazer representar neste ato por uma mulher nesta comemoração dos cem anos da previdência; e também lembrarmos muito da história de atuação para humanização das reformas previdenciárias, de que, juntos, o Senador Paim e o Dr. Tiago Kidricki fizeram parte para manter o guarda-chuva social da seguridade social.

Muito obrigada.

Gostaria também de lembrar da luta da Comissão de Seguridade Social da OAB-RS e da Comissão



Nacional de Seguridade Social da ABA, que participaram ativamente, juntamente presididos pelo Dr. Tiago Kidricki na ocasião, em mais de 50 audiências públicas no ano de 2019, quando tivemos a reforma da previdência. E hoje estamos sofrendo as consequências com os valores ínfimos do cálculo de benefícios tanto de pensões por morte como aposentadorias por incapacidade e até mesmo achincalhamento da aposentadoria especial.

A nossa luta como advogados previdenciaristas vai muito além de prestar um atendimento humanizado com o segurado. Precisamos estar em constante zelo com a legislação para que não percamos os direitos sociais conquistados desde a nossa Carta Magna de 1988. Então, sejamos sempre guardiões da previdência social porque esta é o tripé da Constituição Federal. Hoje nós lutamos por uma sociedade mais igualitária, mais humana, mais justa. Uma vez que nós estamos falando de benefícios previdenciários e de aposentadorias de trabalhadores, estamos também falando de assistência social, que dá o mínimo de dignidade à pessoa humana com a concessão dos benefícios assistenciais a idosos e a deficientes, e também da nossa saúde, representada aqui pelo SUS.

Nos últimos cem anos da previdência social, o maior sistema de proteção social do nosso país sem sombra de dúvida é o INSS. Muitas vezes, após essas reformas, acabaram prejudicando o trabalhador, justamente trazendo esse retrocesso na nossa legislação que hoje nós estamos pagando a duras penas com a reforma da previdência de 2019. Portanto, é importante fazermos uma reflexão futura já que o passado não podemos mais alterar. Cabe aos nossos legisladores modificarem as leis para irem ao encontro das necessidades dos trabalhadores e dos segurados brasileiros.

Possamos nós, estudiosos do Direito Previdenciário, a zelar pelos princípios da Constituição Federal e também do Direito Previdenciário, zelar também pelo princípio da dignidade da pessoa humana, tomar as medidas de proteção do estado, mas também o dever coletivo da sociedade de financiar direta ou indiretamente a seguridade social, dispondo da Constituição Federal.

Eu gostaria de deixar esta mensagem a todos que se fazem presentes nesta sessão: a importância do Direito Previdenciário, e ele deve evoluir com a sociedade. Cabe a todos nós sermos a extensão deste braço constitucional para garantir que os direitos sociais sejam zelados.

Eu agradeço, em nome da Associação Brasileira de Advogados e do Ieprev, pelo convite para participar desta sessão, e nos colocamos à disposição de todos os segurados para fazermos a defesa dos direitos sociais e da nossa previdência social.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus parabéns, Dra. Janaina Policarpo, representante do Instituto de Estudos Previdenciários, Trabalhistas e Tributários (Ieprev) e da Associação Brasileira de Advogados (ABA).

V. Exa. fortaleceu mais uma vez tanto o INSS como a previdência, mas também demonstra, como todos os oradores, que temos que avançar em ser um dos ministérios mais comprometidos de todos os tempos do nosso país. Por isso festejamos hoje os cem anos.

Parabéns.

Passo a palavra neste momento ao Sr. Adroaldo Portal, Secretário do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social do Brasil.

E lembro mais uma vez que o Ministro Carlos Lupi havia acertado conosco que viria, mas infelizmente isto acontece: aconteceu comigo já até de eu ter que fazer palestra em outro estado e, por problema de voo, não conseguir me deslocar. Então, fica aqui o nosso carinho, o nosso respeito ao Ministro Carlos Lupi na figura do Sr. Adroaldo Portal, a quem eu dou uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O tempo é seu.

O SR. ADROALDO PORTAL (Para discursar.) – Presidente, Senador Paulo Paim, na sua



pessoa eu saúdo a Mesa e Parlamentares presentes. Como o senhor mesmo já fez, justifico aqui a ausência involuntária do Ministro Carlos Lupi, por conta de problemas com a malha aérea. Ele deveria ter desembarcado em Brasília bem cedo hoje, por volta de 8h20 da manhã, para participar deste evento.

Também não estava na minha agenda a participação hoje, aqui. Eu desembarquei hoje cedo de uma agenda do Ministério da Previdência em Assunção, Paraguai, onde estava participando do congresso da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social. Foi um fim de semana com uma experiência muito interessante, que curiosamente eu tenho a oportunidade de compartilhar pela primeira vez, aqui, com o Plenário do Senado Federal.

Importante: eu estou no ministério junto com o Ministro Lupi há dois meses e meio, quando assumi, e obviamente, como o nosso colega do IBDP aqui colocou, nós enfrentamos um desafio extremamente gigantesco, fruto dos desmontes vividos no Governo Federal nos últimos quatro anos, em que a previdência social foi grande vítima, não é? Não preciso aqui falar para aposentados, pensionistas e representantes desse segmento tudo o que aconteceu com a previdência nos últimos quatro anos. Temos passivos imensos a enfrentar.

Mas, por outro lado, os últimos quatro dias no Paraguai me fizeram voltar revigorado, Senador, ao me dar conta de que o Brasil é referência mundial, em toda a América e na Europa também, em relação ao seu modelo de previdência social.

Nós temos cobertos pela previdência, entre aposentados e pensionistas, uma Argentina. São quase 60 milhões de brasileiros que têm cobertura previdenciária. Isso nos coloca no cenário internacional em grande destaque. Só de aposentados e pensionistas são 38 milhões. Esse número, em números absolutos, não tem comparação no mundo atual. Além disso, em números percentuais, nós temos 86% dos trabalhadores em idade produtiva cobertos por previdência – é outro número que choca positivamente toda a América Latina e os participantes do evento lá em Assunção, da Europa, Portugal e Espanha.

Partindo dessa premissa, nos últimos quatro dias, nós discutimos, sim, modelos previdenciários em vigor nas Américas, a partir dos exemplos, dos bons exemplos e dos maus exemplos. Tivemos lá experiências muito interessantes que me fazem voltar, primeiro, orgulhoso da nossa previdência social, que completa cem anos. Por outro lado, eu terei muito trabalho com a equipe para estudar belas sugestões, Presidente Paim, que nós trouxemos de aperfeiçoamento da nossa previdência.

Não me cabe aqui fazer críticas e avaliações muito detalhadas sobre a Emenda Constitucional 103. Obviamente que ela trouxe alguns passivos que precisarão ser enfrentados com coragem e com equilíbrio tanto por esta Casa, o Senado, como pela Câmara dos Deputados e pelo próprio Governo, mas em seu devido tempo.

Neste momento, a orientação que nós recebemos do Presidente Lula é de trabalhar pelo aperfeiçoamento do modelo e enfrentar os passivos. O Presidente do INSS estava à mesa há pouco, presumo que ele tenha falado muito sobre eles. Nós temos, como eu disse, problemas sérios a serem enfrentados. Na minha Secretaria do Regime Geral, eu recebi um presente deixado pelo Governo Bolsonaro, que, em 2019, tirou a perícia médica do INSS e colocou lá no Regime Geral de Previdência. Nós encontramos um passivo de mais de 1 milhão de perícias médicas não realizadas – e isso é um gargalo, um gargalo violento, grave, que prejudica a concessão inclusive de benefícios muito importantes, como o BPC. Mas não só isso, nesse passivo nós temos pessoas que aguardam pelo antigo chamado auxílio-doença, o benefício por incapacidade.

Hoje, infelizmente, como o Presidente Lula disse nos cem dias de Governo... O Presidente Lula governou o país numa época em que ele conseguiu garantir que os benefícios previdenciários fossem concedidos quase que instantaneamente, que as pessoas, em 30 dias, estavam aposentadas assim que tinham o seu direito atingido por lei, e as perícias médicas eram realizadas num espaço de tempo



absolutamente razoável.

Nós reconhecemos que hoje o trabalhador, aquele que é afastado das suas funções por incapacidade temporária, tem passado por situações que são muito injustas. Assim como em São Paulo ou no Rio de Janeiro um trabalhador leva 33 dias, em média, para ter a sua perícia presencial realizada – isso não é um tempo ideal, mas está longe de ser uma espera longa –, nós temos lugares no Nordeste do Brasil em que a espera supera seis meses. Como eu costumo dizer lá no ministério, alguém afastado por incapacidade para o trabalho que precisa aguardar seis meses por um benefício morre nessa fila ou se cura, porque não há sentido nenhum na realização dessa perícia seis meses depois, meses depois. Esse é um problema, Senador Paim, que o Ministério da Previdência pretende enfrentar e solucionar ainda neste ano. A redução do tamanho dessa fila é um grande desafio do Ministro Carlos Lupi, assim como também o encurtamento dos prazos de concessão de todos os tipos de benefícios do INSS.

Esse desafio não pode se transformar numa desculpa. Então o Ministério da Previdência não voltará aqui a esta tribuna daqui a alguns meses para ficar chorando números, para ficar lamentando que nós temos esse passivo herdado. O compromisso do Ministério da Previdência, do Ministro Lupi é que nos próximos meses a gente consiga entregar resultados e que o que hoje é um drama para a sociedade seja, em pouquíssimo tempo, um mecanismo que garanta o reconhecimento de direitos no tempo ideal. Esse é hoje o nosso principal desafio e a nossa grande meta. Agora, é óbvio, a discussão sobre a aplicabilidade da 103, a questão injusta a que são submetidas as pessoas que buscam a pensão por morte e benefícios similares é inegável. O que foi feito nos últimos anos em relação à restrição de direitos terá que ser enfrentado por este Governo. É óbvio que nós temos questões orçamentárias, questões legislativas a serem enfrentadas que precisarão, sobretudo, ser construídas no mínimo de consenso com o próprio Congresso Nacional, que aprovou a Emenda Constitucional 103. Mas me parece que é muito claro que a chave virou, o Governo do Presidente Lula tem compromisso com aposentados e pensionistas do nosso país e vai discutir com vocês, aposentados, vocês representantes desse segmento, as melhores soluções para essas questões que foram colocadas aqui, ao longo dos últimos minutos, pelos meus antecessores e que não podem ser varridas para debaixo do tapete. Se a solução ainda é difícil, a discussão dela não pode ser postergada. E o Ministério da Previdência estará presente de forma muito efetiva nesse debate, não se esconderá dele. Está bom?

Queria agradecer o convite para estar aqui, e, mais uma vez, em nome do Ministro Carlos Lupi, nos colocar à disposição para, em futuros debates sobre o tema, nos fazermos presentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Os cumprimentos ao Dr. Adroaldo Portal, Secretário do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, que aqui representou, de forma bem objetiva, muito tranquilo, o Ministro Carlos Lupi. E não se omitiu em falar de temas que são polêmicos, como, por exemplo, as filas – colocou seu ponto de vista –, também a questão da pensão por morte – sabemos o que aconteceu –, e o próprio cálculo do benefício merece uma reflexão, não é?

Nós temos um problema com as aposentadorias especiais, porque até hoje não há uma regulamentação adequada. E de um momento para outro, quem trabalha em área insalubre, penosa ou periculosa... Vou pegar o exemplo do mineiro. Então você só pode trabalhar 15 anos no subsolo, mas, como você vincula à idade, como é que faz? Começou a trabalhar com 20 ou 21. Começou a trabalhar com 21 e só pode trabalhar mais 15 anos no subsolo: tem que se aposentar com 36, não é? E não vai se aposentar, porque vincularam a uma idade bem maior.

Toda reflexão que... Sei que o papel do Parlamento também é fundamental.

Eu queria registrar a presença no Plenário – todos aqui são meus amigos, viu? – do Sr. Floriano Martins de Sá Neto, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindifisco Nacional. Foi também Presidente da



Anfip por um longo período. Então fica aqui minha salva de palmas ao Floriano. (*Palmas.*)

E passamos de imediato agora a palavra ao Sr. Wilson Pereira, Diretor de Finanças da Nova Central Sindical de Trabalhadores, colega sindicalista. Conversamos muito porque fui convidado algumas vezes para estar em eventos com ele.

Por favor.

O SR. WILSON PEREIRA (Para discursar.) – Bom dia. Bom dia a todas e a todos.

Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, a Nova Central Sindical está muito grata pelo convite de V. Exa. para fazer parte desta sessão para celebrar o primeiro centenário da Lei Eloy Chaves, que deu origem a toda previdência social que nós temos hoje no Brasil.

Sr. Senador, muito me alegra: é a primeira vez que eu utilizo desta tribuna, com muito orgulho, diante de uma plateia de aposentadas e aposentados, trabalhadoras e trabalhadores; de uma plateia, Sr. Senador... Este auditório está repleto, e está repleto de pessoas responsáveis. Foi invadido a convite – a convite de V. Exa. –, para comemorar o centenário da Lei Eloy Chaves. Não está invadido por atos cometidos anteriormente, que todos nós reprimimos com veemência para a democracia deste Brasil.

Eu, Senador Paulo Paim, gostaria de enaltecer a nossa previdência social, enaltecer o nosso Senado, enaltecer o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enaltecer o nosso Ministro da Previdência, Carlos Lupi.

O Sr. Adroaldo foi muito claro nas questões abordadas. As confederações de trabalhadores, pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, tiveram uma audiência com o Ministro lá no ministério, na qual o Sr. Adroaldo estava presente, e eu sou testemunha do que ele falou, porque o que ele falou aqui foi falado também pelo Ministro na ocasião em que lá estivemos, inclusive com o grande problema das filas que nós temos hoje no Brasil. A Previdência precisa de mais soluções, e essas soluções virão com a atuação do Ministro e de seus assessores e servidores.

Sr. Senador, eu fiz aqui alguns apontamentos, mesmo porque são muito fartos os *sites* nos dias de hoje que fazem um arrazoado, enfim, da história da Previdência Social, e eu gostaria de fazer a leitura. Peço licença a todos.

A Lei Eloy Chaves, Decreto Legislativo 4.682, de 1923, publicada em 24 de janeiro de 1923, foi base do sistema previdenciário brasileiro. Foi aí que se consolidou, com a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias, conforme já foi bem apresentado por V. Exa. na abertura desta sessão.

Após a promulgação dessa lei, outras empresas foram beneficiadas e seus empregados também passaram a ser segurados da Previdência Social. A Previdência passou por várias fases até chegar ao Ministério da Previdência e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pela Assembleia Nacional Constituinte, que, através da Constituição de 1988, consolidou a previdência social como um sistema de direitos da cidadania, baseado na solidariedade e exigindo como contrapartida um esforço de cada um dos membros da sociedade em seu financiamento.

Um dos princípios básicos da Carta de 1988 é o de que a previdência solidária deve assegurar o sustento do trabalhador e o de sua família quando ele não puder se manter, seja por doença, acidente, gravidez, prisão, morte ou velhice. Outra inovação foi a de tornar a previdência social um direito no âmbito da seguridade social junto com a saúde e a assistência.

Com a universalidade da cobertura, foi possibilitado trazer para o sistema milhões de trabalhadores rurais com muita justiça, que antes tinham cobertura do Funrural. Meu pai faleceu aos 84 anos aposentado pela Previdência Social – trabalhou desde os dez anos de idade na área rural.

Houve também um salto qualitativo na previdência social, pois, até aquela época, as aposentadorias eram restritas aos cabeças de família, em geral homens, e no valor de meio salário mínimo. As mulheres tinham direito apenas se fossem arrimos da família ou, então, com as pensões com valor limitado a um



terço do salário mínimo.

Sr. Senador, eu gostaria de deixar aqui o meu lamento, e eu espero agora do Governo Lula, do Ministro Lupi, que os grandes devedores da Previdência Social sejam mexidos. Eles estão muito... Eles estão navegando em águas serenas. O Governo precisa efetivamente mexer com esses grandes devedores da Previdência Social, que são os clubes de futebol, são empresas multinacionais e grandes empresas nacionais, que simplesmente sonégam, inclusive, aquele valor que é descontado do trabalhador. Precisam ser penalizados, cobrados e penalizados criminalmente, inclusive, quando tal fato for apurado.

Sr. Senador, eu quero deixar aqui o abraço do nosso Presidente interino da Nova Central, Moacyr Roberto Tesch Auersvald, seu grande amigo e um grande lutador que faz parte dos amarelinhos – não aqueles amarelinhos que andaram rondando por aí destruindo o nosso país –, os amarelinhos da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Trago também o abraço do Presidente licenciado Oswaldo de Barros, que se encontra em enfermidade, mas que está firme, defendendo de qualquer forma os direitos dos trabalhadores.

E quero deixar aqui também, Sr. Senador Paulo Paim, a nossa mensagem de que esses mesmos amarelinhos da Nova Central Sindical estarão com V. Exa. para sempre. Não queremos que V. Exa. deixe esta Casa tão importante para o nosso país.

Muito obrigado! Um grande abraço às senhoras e aos senhores aposentados e trabalhadores que estão neste Plenário. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço ao Wilson Pereira, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Fica aqui meu abraço ao Oswaldo, que se recupere rapidamente. Sei que ele está doente. E o abraço carinhoso também ao Moacyr.

Agradeço aos amarelinhos, porque eles iam para o Rio Grande do Sul – ele fez eu viajar no tempo aqui – nas minhas campanhas. Nas minhas campanhas eles se deslocavam para lá. Chegavam lá em ônibus e ficavam lá durante todo o período – todo eu não digo, mas um mês ficavam lá. E eram conhecidos como os amarelinhos. Obrigado. É bom lembrar essas parcerias, não é? Teve uma época em que todas as centrais tiraram um documento em apoio ao nosso mandato, não é, Valeir? Lembra? Todas as centrais... Isso foi muito bom. Eu, que venho nesta Casa desde a Constituinte, poder lembrar momentos como esse...

Passamos a palavra...

Ah, é importante também, Wilson, você ter se lembrado da CPI da Previdência, que eu tive a satisfação... O Hélio José foi o Relator; eu fui o Presidente. Ali o maior problema era o devedor contumaz: ele deve, não nega e não paga. E isso tem que haver algum movimento para combater.

Neste momento, eu passo a palavra o Sr. Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O SR. VALEIR ERTLE (Para discursar.) – Bom dia a todos e todas!

Primeiro, quero cumprimentar o nosso Senador Paulo Paim pela iniciativa e por estar presidindo esta mesa. Em nome da CUT e do nosso Presidente Sérgio Nobre, agradeço o convite. O Paim foi um dos Senadores da nossa Central Única dos Trabalhadores a participar da primeira executiva da CUT, que este ano – não é, Paim? –, em 28 de agosto, comemora 40 anos; a CUT vai completar 40 anos agora em 28 agosto! Parece que foi ontem que você criou a CUT, e ela já está completando 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Foi tudo muito rápido.

O SR. VALEIR ERTLE – Com certeza!

Quero cumprimentar o Adroaldo, representando o Ministério da Previdência Social; o Wilson Pereira, lá da Nova Central; o Flauzino, da CTB; a Janaina e, na pessoa dela, cumprimento todas as mulheres que estão presentes e nos assistindo também.



É muito importante fazer esse debate, até porque – não é, Paim? – nada se consegue sem lutas. Vou falar um pouco da história do nosso fundador, o pai da Previdência Social, mas também das lutas que foram desenvolvidas naquela ocasião. Como já foi colocado pelo representante da Nova Central, há um século, depois de uma longa jornada de luta iniciada no final do século XIX, eram criadas as caixas de aposentadorias e pensões (CAPs), inicialmente de cada empresa de estrada de ferro do Brasil. O Decreto Legislativo 4.682, de 1923, de autoria do Deputado Federal Eloy Chaves, foi sancionado em 24 de janeiro daquele ano, que passou a ser considerado como início da Previdência Social do Brasil, foi o grande pontapé da nossa, hoje, Previdência Social. Sua luta, entretanto, começou bem antes. Inspirado no pai da previdência alemã, Otto von Bismarck, Eloy defendeu a instituição da previdência social e contou com a mobilização operária, especialmente as desencadeadas na segunda década do século XX, que culminaram na grande greve geral de 1917. Então, nada se consegue sem lutas, não é?

A insatisfação dos trabalhadores permaneceu após o encerramento do movimento paredista e novas greves foram desencadeadas em 1919. O cenário político sofria forte influência da Revolução Russa de 1917. No Brasil, as greves de 1917 e posteriores preocupavam as classes dominantes. Eloy Chaves, que havia sido Secretário de Justiça de São Paulo, elegeu-se Deputado Federal pelo PRP, em 1919. Nessa nova posição, dá continuidade à sua luta pela criação das caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários, o que conseguiu em janeiro de 1923.

Naquele período, de um lado, já atuavam personalidades como a de Eloy, que buscavam construir uma legislação que assegurasse direitos básicos em resposta às mobilizações operárias. Nesse mesmo ano de 1923, em 16 de abril, é criada a Associação dos Bancários de São Paulo, que se transformou no Sindicato dos Bancários de São Paulo, que comemora um centenário – fez aniversário, Paim, de cem anos no domingo passado, agora! –, tendo construído a caixa de aposentadoria da previdência dos bancários na sequência da iniciativa dos ferroviários. Inspiradas nessas conquistas propiciadas pelo Eloy Chaves, diversas categorias profissionais foram à luta e criaram suas caixas de aposentadorias e pensões, que passaram a ter papel relevante de destaque – eu diria essencial – no crescimento e fortalecimento do sindicalismo e da defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora.

Afastar essas entidades das entidades sindicais foi um objetivo estratégico do regime militar – todo mundo sabe o que nós passamos a partir de 1964. A previdência social sofreu mudanças relevantes, mas sobreviveu como sistema público a todos os ataques que sofreu após o golpe militar. Como tivemos agora recentemente, não é, Paim, a última reforma da previdência do Governo Bolsonaro, como você já colocou, mudou o cálculo das pensões, e a mudança na forma dos cálculos é um prejuízo muito grande para todos os que tentam se aposentar – houve um prejuízo muito grande nos valores que se percebe.

E com a questão da reforma trabalhista também houve a precarização das relações de trabalho. O trabalho intermitente, que é um absurdo, não é Paim, inclusive foi chancelado pela Casa através de uma emenda constitucional: a pessoa trabalha dois, três meses para conseguir um mês de aposentadoria. É uma situação muito complicada, e a precarização das relações de trabalho também tira milhões da previdência social.

Então, comemoramos um século de Previdência Social e fazemos nossa homenagem a Eloy Chaves e a todos e todas que trabalham na sua defesa nessa trajetória de lutas em defesa de aposentadorias e pensões dignas.

Fizemos questão de ampliar nossas homenagens ao Paulo Paim, que sempre foi um ícone do Parlamento, sempre foi uma defesa intransigente dos aposentados e pensionistas neste Brasil. Com certeza, você ainda é um menino e dá para fazer um novo mandato no Senado Federal com todos os trabalhadores e trabalhadoras – não só o povo do Rio Grande do Sul, mas você é o Senador de todos. Pela relação que você tem com as centrais, a relação que você tem com os movimentos sociais e sindicais é muito importante



que você continue na Casa, porque você realmente abre portas. Em todas as Comissões por que você passou e em todos os debates que a gente sempre faz sobre todos os temas relevantes para a sociedade brasileira, você sempre está à frente. Você é um menino ainda e pode fazer mais um mandato no Senado Federal que, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu gostei do menino. (*Palmas.*)

O SR. VALEIR ERTLE – ... todos os trabalhadores e trabalhadoras agradecem; todos os aposentados e pensionistas vão agradecer, porque você sempre foi uma referência e continuará sendo referência para todos os trabalhadores.

Então, quero agradecer pela oportunidade.

Viva a previdência social e Eloy Chaves, Presidente, que foi um dos nossos ícones da fundação da nossa Previdência Social, que começou lá atrás com ele! Com certeza, nós temos que, cada vez mais, trabalhar, discutir, corrigir as distorções e fazer com que ela seja inclusiva. E defender uma previdência pública universal, que seja para todos, e não da forma como está hoje, em que muitos ganham pouco, e poucos ganham muito. Algumas categorias, como os militares, têm privilégios: muitas vezes são beneficiados quando se aposentam, ganham um salário superior ao que ganham. E há pessoas que fazem um cálculo da vida toda e têm um prejuízo muito grande.

Então, obrigado a todos e todas, é muito importante fazer esse debate, essa homenagem muito importante ao centenário da Previdência Social. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Valeir Ertle, líder e Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, no encerramento, defende a importância de uma previdência universal, ou seja, igual para todos.

Passamos a palavra agora ao senhor, líder também, Flauzino Antunes Neto, Secretário de Relações do Trabalho da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO (Para discursar.) – Bom dia a todas e todos.

É uma honra estar aqui.

Em nome da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a CTB, queria saudar a Dra. Gisele e a Janaina e, na pessoa delas, todas as mulheres que estão aqui presentes; os meus companheiros de central sindical: o Valeir, o Wilson e também o Wilson Romero, da Pública, que são sindicalistas e defendem o trabalho, os aposentados; o representante Adroaldo, do Ministério da Previdência; e todos os aposentados e aposentadas que estão aqui presentes.

É importante esta sessão porque a gente tem o costume de ouvir que o Brasil não resgata a sua memória, a sua história e os seus líderes, que tanto lutaram para que a gente chegasse aonde estamos. E a gente tem no Senador Paulo Paim essa condição, porque, além de ser um Parlamentar do Rio Grande do Sul, ele é um Parlamentar do Brasil, ele não está preocupado só com a questão eleitoral do seu estado, mas com todo o bem-estar do nosso país, então, ele tem essa capacidade de fazer a defesa da nossa história, esse resgate, e é isso que é importante.

Todos aqui salientaram, de alguma forma, o resgate histórico da Lei Eloy Chaves, enfim, mas a gente sabe que o movimento da previdência começou no mundo todo em 1888 e só chegou ao Brasil em 1923, e só com muita luta. A gente estava num processo de industrialização do país, estava saindo de uma questão imperial, agrária, para um país republicano, com direitos e também de trabalhadores da indústria... A gente viu alguém aqui falando que, por causa das ferrovias, da extensão das ferrovias, tivemos imigrações de europeus que trabalhavam nessa área e que sofreram muito com o horário de trabalho, com invalidez, com morte, e o Eloy se sensibilizou com isso, depois de 1922, para que as viúvas e aqueles que ficaram



danificados e invalidados pela questão do trabalho brutal tivessem uma previdência.

Getúlio Vargas também fez uma grande reforma na previdência em prol do nosso povo, em prol dos trabalhadores na qual a gente teve um embrião daquilo que temos hoje, que incluiu a assistência social. A gente teve vários reveses durante o período da ditadura militar, mas conseguimos, em 1988, com a redemocratização, consolidar como política universal a saúde, a assistência e a previdência. E o grande desafio do nosso país é manter essa previdência, essa assistência social de pé.

A gente da CTB valoriza este tripé: CLT, Previdência e SUS, que engloba a grande questão da seguridade social do nosso país, que dá direitos ao nosso povo para que a gente consiga ter formas de se defender daquela abrupta ação das empresas multinacionais, do setor financeiro, de trabalhos análogos à escravidão na agricultura, para que a gente consiga ter uma país que se desenvolva nacionalmente, de forma inclusive justa. Esse tripé a gente precisa manter.

No Governo passado, a gente viu a tentativa de desmonte da previdência, de acabar com a previdência. Um dos sinais era acabar com o Ministério do Trabalho, com o Ministério da Previdência, transformar tudo na economia, debaixo do guarda-chuva do Paulo Guedes, a qual ele queria privatizar, porque a gente está falando de um fundo de mais de R\$900 bilhões. Isso, na mão do setor privado, é o grande objeto de desejo deles: pegar todo esse fundo, aplicar nos seus negócios e depois não pagar a aposentadoria no futuro. Foi o que aconteceu no Chile com a previdência do Guedes, privatizada.

Então, a gente conseguiu resistir de certa maneira. O Senador Paulo Paim foi um dos baluartes que conseguiu segurar. Só que a gente não viu o que a gente vê na França, por exemplo. Por causa de um ano de mudança na previdência, estão parando o país. Nós, aqui, perdemos cinco anos da nossa aposentadoria, aumentamos o tempo de trabalho, e o povo ficou inerte. Nós não conseguimos parar o país. Nós temos que resgatar essa valorização do nosso trabalho, das lideranças sindicais, de estar conectados com o nosso povo, com os nossos trabalhadores e trabalhadoras, para que a gente não sofra isso de novo. Não podemos deixar só nas mãos dos Parlamentares ou do Senador Paulo Paim. Nós temos que ter a cultura popular de defender nossos direitos, o que a gente não conseguiu, e a gente precisa resgatar. Temos tempo ainda. Estamos completando o primeiro centenário; esperamos que haja mais e que a gente esteja em condições melhores para defender isso.

Há também uma grande preocupação de que a previdência social esteja dentro do teto de gastos. Se houver inflação, aumentar a aposentadoria e tudo o mais, como o Governo vai conseguir sustentar isso? A gente tem que tirar a previdência social do arcabouço fiscal das bandas flexíveis ao teto de gastos. Não podemos deixar isso acontecer. Temos que defender o nosso povo e os nossos trabalhadores, os nossos aposentados.

Se a gente quer uma previdência universal, solidária, temos que ir para a rua, temos que combater essa política de juros altos que está no Banco Central. Por quê? Por causa do superávit primário, que eles tentam mexer na desregulamentação da receita, pegar 30% da previdência e jogar para pagar previdência e juros. Nós não podemos deixar. Isso é o fim da previdência. Se a gente fica preocupado, legitimamente, em cobrar aqueles que devem, no futebol, empresas, também governos estaduais, municipais e federal, na sua contribuição. O que a gente faz com esses recursos? Vai utilizar para pagamento de juros? Não podemos ficar nessa política eternamente. Se o Governo Lula está com essa preocupação de dar uma resposta social ao nosso povo, um desenvolvimento justo, igualitário e inclusivo, temos que romper com essa política de juros altos, superávit primário, arcabouço fiscal de teto de banda... Enfim, investir no nosso povo.

Então, podem contar com a CTB, que a gente vai estar na rua, defendendo o nosso Governo, do Lula, o nosso projeto de país, os aposentados e as aposentadas e os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o líder Flauzino Antunes Neto, Secretário de Relações de Trabalho da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que, além de fortalecer a luta em defesa da previdência pública e para todos, também lembrou a questão da taxa de juros, que nós temos a taxa de juros maior do mundo, e por isso este debate tem que ser feito no mais alto nível, e ele trouxe para o Plenário também essa questão, que interessa a todos nós. Trabalhadores do campo e da cidade, aposentados, pensionistas estão preocupados, de fato, com essa situação e também o empregador, que tem que buscar dinheiro no mercado.

Pedi-me a palavra, como último orador inscrito, o Sr. – um líder também – Floriano Martins de Sá Neto, que é Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindifisco Nacional. Então, vamos dar a oportunidade ao...

Floriano se encontra? Por favor, suba à tribuna.

E depois queria convidar vocês para a gente, no encerramento, para lembrar os cem anos, tirar uma foto coletiva aqui. Os que acharem melhor ficar na parte de baixo podem ficar, e outros subirão, e nós ficaremos aqui na frente. Para lembrar ao Brasil e ao mundo dos cem anos do primeiro centenário da Lei Eloy Chaves.

Floriano.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO (Para discursar.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, que preside esta histórica cerimônia do primeiro centenário da previdência social no Brasil.

Nós temos certeza... Não estaremos lá, mas a previdência vai completar 200 anos, 300 anos, 400 anos. Esse é o futuro, e o desafio que temos, Senador Paulo Paim.

O senhor, como Constituinte, como idealizador do sistema de seguridade social... nós tínhamos, lá em 1988, a certeza de que o modelo funcionaria, de que o modelo era bom, de que o modelo era inclusivo, porém, ano após ano, a previdência vem sendo tratada “diligenciosamente”, diligenciada, e nós temos tido reformas que não levam a previdência para frente. As reformas têm sido sempre no sentido de retirar direitos, de retirar proteção social.

Então, nós temos o desafio, agora, na minha avaliação enquanto auditor fiscal, enquanto dirigente do Sindifisco Nacional agora, de colocar a previdência social de novo numa agenda positiva.

Nós tivemos aqui, agora há pouco, o retrato do INSS, e o INSS que precisa ser literalmente reconstruído, em servidores, em sistemas...

E mais, Senador Paulo Paim, aqui eu vou ser bastante econômico na minha fala – já falei em outras vezes, em outros aniversários –, quero dizer que eu sou, na minha origem, um servidor da previdência. Entrei no concurso público de 1987, no dia 2 de abril, completei 36 anos, e conheço muito bem o que os servidores da previdência social têm de interesse público, de vontade de fazer a previdência social cada vez melhor. Então, vamos apoiar, sim, o INSS e o regime geral para que sejam reconstruídos.

Também, Senador Paulo Paim, eu não poderia deixar de falar um pouquinho sobre o servidor público, os servidores públicos, a previdência dos servidores públicos. Nós temos hoje uma grande demanda que diz respeito a um departamento que cuida hoje das aposentadorias e pensões do serviço público, que estava para ser encaminhada definitivamente ao INSS, e em boa hora esse projeto de lei não caminhou.

O Governo começou recentemente, temos cem dias, mas há uma necessidade premente: precisamos que o servidor público que tanto fez e faz para o Brasil, o servidor público vocacionado, seja cuidado também na sua previdência. Estamos hoje aqui aproveitando a oportunidade para pedir, Senador, na Presidência da CDH, que nós façamos uma audiência pública para levantar essa questão. Há necessidade, há um senso de urgência. Temos hoje servidores – e posso falar da minha categoria de auditores fiscais



– cuja aposentadoria não está sendo concedida na sua plenitude. São servidores que têm direito agora já nesse novo sistema e que não recebem a sua aposentadoria: “Ah, estamos com problema de sistema”. Pessoal, não é possível em pleno centenário, com as tecnologias disponíveis, que nós tenhamos esse descaso para com o servidor público!

Hoje, no centenário, Lei Eloy Chaves, regime geral, cem anos, duzentos anos, agradeço ao senhor, Senador Paulo Paim. O Senador Paulo Paim lidera várias frentes parlamentares. Vamos discutir aqui, na Casa, nas Casas do povo, nas duas Casas, todas as questões para que tenhamos a previdência social definitivamente nos ditames da Constituição Cidadã de 1988.

Muito obrigado.

Sucesso! Estamos todos juntos: trabalhadores, aposentados e servidores públicos em prol de uma previdência melhor! Vida longa à previdência social! (*Palmas.*)

Toda homenagem aos Constituintes que fizeram a Lei Eloy Chaves há cem anos e aos de 1988 que pactuaram com a sociedade este grande sistema, que é a seguridade social.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Líder Floriano Martins de Sá Neto, que falou pelo Sindifisco Nacional, já adianto que nós acataremos a sua proposta de fazer um debate na CDH, que eu presido, sobre a nossa previdência pública geral, mas também com um olhar para os servidores públicos.

E adianto também que eu acertei aqui com o Secretário e também com o Presidente do INSS de nós levarmos o Ministro Lupi para fazer uma exposição na Comissão de Direitos Humanos. Diversos Ministros já passaram por lá. Nesta semana, teremos o Ministro Silvio, que é um grande Ministro também, que vai fazer a exposição sobre a questão do seu Ministério dos Direitos Humanos.

Chegou aqui para mim também que o Sr. Etevaldo Pereira dos Santos, Presidente da Federação Nacional das Associações dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas... Eu já digo a você, meu amigo, que teremos no dia 18, em Porto Alegre, um grande evento promovido pela Cobap sobre a questão dos ferroviários. Eu me comprometi a estar lá e estarei. Como vocês vieram aqui numa quantidade, eu diria, muito querida, muito responsável, prestigiar o evento, eu também estarei lá neste evento dos ferroviários em Porto Alegre. Vou ao Rio Grande do Sul para essa questão e também depois teremos, meus amigos aqui das centrais, todos os três, um evento na Assembleia para discutir o mundo do trabalho, todos os temas relacionados ao mundo do trabalho.

Nós temos que ir para o encerramento. Cumprimos o objetivo desta sessão especial, celebrando o primeiro centenário da Lei Eloy Chaves. Aqui foi falado tudo aquilo que eu esperava que se falasse mesmo: elogios ao Governo que está começando, que está com quatro meses, e a tudo aquilo que já fez e promete fazer, ao mesmo tempo, lembrando, como muitos lembraram... Eu tive alegria de presidir a CPI da Previdência, e lá ficou comprovado que, infelizmente, os grandes devedores que tem no nosso país em relação à União são principalmente em relação à previdência, os que mais devem. E tem os contumazes e tem os outros, mas todos devem pagar previdência e, se pagassem, com certeza a nossa previdência estaria numa condição bem melhor.

Foi falado também da aposentadoria, da situação da pensão por morte, que é uma situação delicadíssima também, porque eles perdem quase 50% no seu benefício, em relação àquilo que eu ganhava antes.

Foi falado também da aposentadoria por idade – até especial virou por idade, que é uma questão gravíssima também e que nós vamos ter que resolver. Há um projeto aqui na Casa a que eu apresentei uma série de emendas – inclusive você ajudou; todos ajudaram, não é? – no sentido de a gente dar uma aprimorada naquela legislação.



Enfim, não vou aqui repetir tudo de novo, mas queria também dizer que é muito importante o debate que está tendo no Ministério do Trabalho de que as centrais estão participando – não é, Valeir? –, sobre a questão da valorização do salário mínimo. Hoje 80% dos aposentados dependem do salário mínimo e que de ele tenha aumentos reais – porque tinha até um tempo atrás; infelizmente, o governo anterior revogou a lei e, em vez de termos a inflação mais PIB, passamos a ter só inflação.

Quando eu cheguei aqui na Constituinte, o salário mínimo era US\$60. Fizemos uma batalha forte de todo movimento sindical, e aposentados ajudaram, para ultrapassar os US\$100. Ultrapassamos e depois conseguimos, de forma coletiva, já nos Governos Dilma e Lula, fazer com que a política de salário mínimo fosse inflação mais PIB e ultrapassamos os US\$350. Quando cai a política de inflação mais PIB, o salário mínimo fica em torno de US\$200. Você veja quanto nós perdemos, todos aqueles que dependem do salário mínimo! E o salário mínimo, como eu digo, é um farol não só para os aposentados e pensionistas; é um farol praticamente para todos os trabalhadores, porque, na hora da negociação coletiva, diz-se: “O salário mínimo teve um aumento real de tanto. Quanto é que nós vamos ter aqui?” Daí é tentar trabalhar acima daquilo que já está assegurado por lei para o salário mínimo. Por isso que eu digo que é muito importante – alguns não entendiam no passado, hoje já entendem – a valorização do salário mínimo, mantendo a política de inflação mais PIB. Enfim, não vou eu fazer uma outra palestra aqui no encerramento.

Só queria agradecer muito, muito a todos vocês que participaram, a todos os painelistas e também agradecer a vocês no Plenário pela sua organização, pela paciência, pela tranquilidade. Percebo que praticamente 100% dos que chegaram aqui no início ficaram até o final para ouvir os painelistas.

Assim celebramos com satisfação o primeiro centenário da Lei Eloy Chaves.

Tomara que, no próximo centenário, todos nós estejamos aqui. (*Risos.*)

Um abraço a todos vocês. (*Palmas.*)

Eu só quero, antes de ir para o encerramento, registrar a presença do Sr. Bartolomeu França, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil (Sinab), que encaminhou aqui o seu cartão à mesa.

Assim, meus amigos, vamos fazer a foto, hein? Eu quero a foto. E eu não sei que mais cem anos eu não fico? Se eu chegar a cem, já fico bem feliz, não é? Mas eu quero tirar foto com vocês para lembrar que nós estávamos aqui lembrando o primeiro centenário da Lei Eloy Chaves.

Cumprimos assim a finalidade desta sessão especial do Senado Federal.

Agradeço ao Presidente Rodrigo Pacheco por todo o apoio que nos deu e a todas as personalidades, que são vocês todos da mesa e do Plenário que nos honraram com a sua participação.

Vida longa à previdência pública para todos. (*Palmas.*)

Está encerrada a sessão.

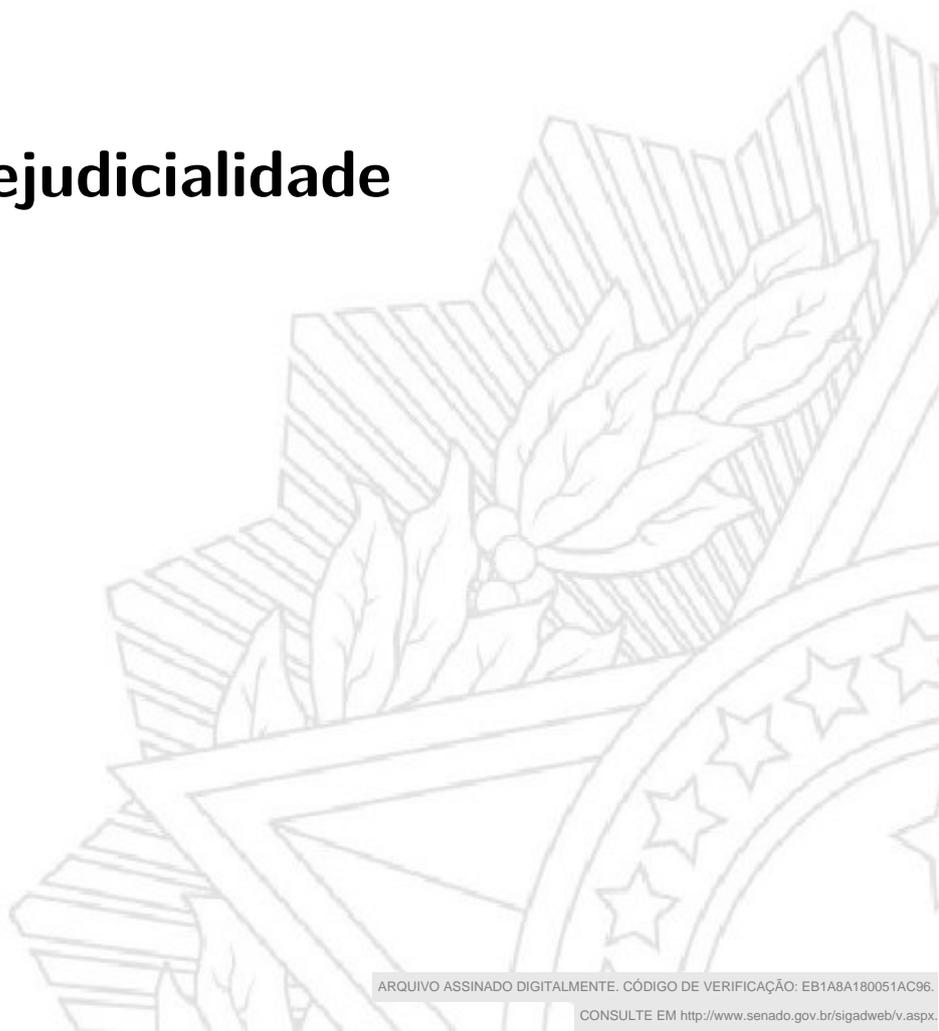
(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Prejudicialidade



Tendo em vista o arquivamento do Projeto de Lei nº 2.354, de 2020, nos termos do art. 332, do Regimento Interno, a Presidência declara a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.294, de 2020, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei nº 2.294, de 2020, vai ao Arquivo.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2088, DE 2023

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

D

SF/23377.60708-00

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a *Política Nacional sobre Mudança do Clima*, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro.

Parágrafo único. Os padrões previstos no *caput* deste artigo restringem-se aos bens e produtos oriundos de blocos econômicos e países que imponham restrições ambientais, de qualquer ordem, ao comércio internacional.

Art. 2º A Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a *Política Nacional sobre Mudança do Clima*, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-A:

“**Art. 12-A.** Só poderão ser colocados ou disponibilizados no mercado brasileiro bens e produtos originados de países que adotem e cumpram níveis de emissões de gases de efeito estufa iguais ou inferiores aos do Brasil.

§ 1º Concomitantemente, os países de origem dos bens e produtos a que se refere o *caput* deverão cumprir padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com as estabelecidas pela legislação brasileira, em especial a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

§ 2º O órgão competente responsável pelo controle de importações deverá adotar medidas de restrição às importações dos bens e produtos a que se refere o *caput* no caso de descumprimento





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

D

SF/23377.60708-00

das obrigações estabelecidas nesse artigo, podendo-se valer de diligências com esse propósito.

§ 3º Os padrões previstos no *caput* deste artigo restringem-se aos bens e produtos oriundos de blocos econômicos e países que imponham restrições ambientais, de qualquer ordem, ao comércio internacional.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil, apesar de possuir as mais rígidas leis ambientais do mundo, consegue compatibilizar a produção rural eficiente com a sustentabilidade. Esse é um dos principais motivos pelos quais a agricultura brasileira sofre cada vez mais com a atribuição de falsas narrativas, construídas por temor ao poder desse setor. A dificuldade de competir com o nível da produção brasileira tem pressionado governos e governantes dos setores agropecuários estrangeiros a tentar manchar a imagem e a eficiência do produtor rural brasileiro, por meio de narrativas demagógicas. O objetivo é impor mais custos ao sistema produtivo, baseados em medidas de proteção ambiental, para indiretamente garantir competitividade aos produtos agrícolas estrangeiros.

Na Europa – que já caminha para a imposição de verdadeiras barreiras comerciais não tarifárias à importação de produtos brasileiros –, o que se vê é a continuidade da depredação ambiental, apesar do discurso agroecológico. Lá foram liberados cultivos agrícolas mesmo em áreas de preservação ambiental de imóveis rurais, até então limitada a apenas 5% da propriedade rural, isentando os pequenos produtores da obrigação (enquanto no Brasil esse percentual varia entre 20 e 80%). No "velho mundo" também foi flexibilizada a distância obrigatória entre lavouras e cursos d'água (2 metros de largura nas margens do rio), enquanto no Brasil essa faixa é de 30 a 500 metros, dependendo da largura do rio.

O cumprimento de todas as normas ambientais, sociais e tributárias acarreta significativo aumento dos custos de produção, resultando em uma notável redução de competitividade em relação aos demais países





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

D

SF/23377.60708-00

produtores. Os principais exportadores mundiais de produtos como amêndoas e alho, situados nos continentes africano e asiático, possuem normatização em desarmonia com os princípios da legislação pátria no âmbito da proteção ao meio ambiente.

O presente projeto impõe um nivelamento de performance ambiental para a importação de bens e produtos. Desse modo, restringe a importação de bens e produtos originados de países que adotem e cumpram níveis de emissões de gases de efeito estufa, iguais ou inferiores aos do Brasil, bem como de países que cumpram padrões de proteção do meio ambiente inferiores ao que dispõe a legislação brasileira, em especial a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que *dispõe sobre a proteção da vegetação nativa* (Código Florestal). Desse modo, esperamos que haja um tratamento recíproco entre as nações no comércio internacional. .

Nesse contexto, o posicionamento do Brasil vem no sentido de recuperar a competitividade de setores do agronegócio, tão prejudicados com a concorrência desleal de outros países, sendo necessária a atuação firme da CAMEX no restabelecimento do equilíbrio entre o comércio exterior e interno de produtos agrícolas brasileiros.

Em vista da importância da proposição para um tratamento mais justo entre produtos brasileiros e importados no comércio global, solicitamos apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das sessões,

Senador ZEQUINHA MARINHO
PL/PA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.187, de 29 de Dezembro de 2009 - LEI-12187-2009-12-29 - 12187/09
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;12187>
- Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 - Código Florestal (2012) - 12651/12
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12651>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2091, DE 2023

Altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para tipificar novos crimes cometidos no mercado de valores mobiliários.

AUTORIA: Senadora Augusta Brito (PT/CE)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para tipificar novos crimes cometidos no mercado de valores mobiliários.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigor acrescida dos seguintes artigos:

“Indução a erro no mercado de capitais

Art. 27-F Induzir ou manter em erro investidor, acionista ou repartição pública competente, relativamente a operação ou situação financeira, contábil ou patrimonial da companhia:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Fraude contábil

Art. 27-G Fraudar a contabilidade ou a auditoria, inserindo operações inexistentes, dados inexatos ou não incluindo operações efetivamente realizadas:

Pena - reclusão, 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Influência imprópria

Art. 27-H. Exercer influência imprópria em auditorias, por meio de coerção, manipulação, fraude ou por qualquer outro meio:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Falsidade ideológica em manifestação

Art. 27-I. Omitir informação ou prestá-la falsamente ou diversamente da que deveria ser prestada a fim de alterar a verdade sobre fato jurídica ou economicamente relevante para os fins desta Lei:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.



Administração infiel

Art. 27-J. Prejudicar os interesses de acionistas ou investidores ao não empregar com diligência os deveres impostos por lei:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Art. 27-K. Possuem dever de agir para evitar o resultado dos crimes previstos nesta Lei os diretores, gerentes, administradores, executivos e conselheiros, de fato ou de direito, na medida de sua responsabilidade contratual, estatutária ou legal.

Parágrafo único. Também possuem dever de agir para evitar o resultado dos crimes previstos nesta Lei os auditores independentes, consultores e analistas de valores mobiliários, quando sabiam ou deveriam saber do fato praticado.

Art. 27-L. O juiz, considerando a magnitude dos prejuízos causados, a vantagem ilícita auferida, o grau de abalo da confiança depositada no sistema financeiro nacional ou a pluralidade de vítimas, poderá aumentar as penas previstas neste Capítulo de metade até o dobro.

Parágrafo único. Nos casos de reincidência, as penas podem ser fixadas até o triplo.

Art. 27-M. São efeitos da condenação por crime previsto neste Capítulo:

I – a inabilitação para o exercício de atividade empresarial;

II – o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, conselho fiscal, diretoria ou gerência;

III – a impossibilidade de gerir empresa por mandato ou por gestão de negócio.

§ 1º Os efeitos de que trata este artigo deverão ser motivadamente declarados na sentença.

§ 2º Transitada em julgado a sentença penal condenatória, será notificado o Registro Público de Empresas Mercantis.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A fraude cometida pelas Lojas Americanas representa um dos lados mais sombrios da nossa organização social. Para além dos bancos e fundos de investimento, foram muitos os pequenos investidores que perderam grande parte das suas economias com a derrocada da empresa.

No caso concreto, o balanço contábil da companhia revelou que na verdade, o que era despesa com fornecedores deveria ser contabilizado como dívida com bancos. Em breve palavras, despesas dessa natureza deveriam ser subtraídas do lucro final da companhia, sob o risco de os lucros aparecerem inflados para investidores e credores. Ademais, referida dívida representava duas vezes mais que o valor de mercado da empresa antes do escândalo vir à tona. Mas após descoberto, o montante é 42 vezes maior que os atuais R\$ 900 milhões que corresponde ao valor estimado das Americanas no mercado.

O que causa perplexidade é como uma das varejistas mais antigas e de maior prestígio no país pode ocultar de analistas, do mercado, de auditorias e da própria Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que seu patrimônio líquido era tão impreciso. Certamente, houve diversas falhas relacionadas ao dever de cuidado que devem possuir diretores, gerentes, administradores, executivos e conselheiros, mas também de auditores independentes, consultores e analistas de valores mobiliários.

Parte desse resultado desastroso é explicado pela falta de consunção típica e mesmo de *enforcement* de nossas leis penais no que tange aos crimes cometidos na gestão do mercado de capitais. Os crimes ali previstos são insuficientes para punir etapas prévias à consumação de resultados tão danosos socialmente.

Por essa razão, trazemos para o ordenamento, novos tipos penais aplicáveis, exclusivamente, ao mercado de capitais, como: **indução a erro no mercado de capitais; fraude contábil; influência imprópria; falsidade ideológica em manifestação e administração infiel.**

Ademais, criamos cláusulas importantes evidenciando o dever de agir de determinados personagens importantes na gestão das companhias de capital aberto, bem como severos efeitos da condenação que, ainda que não automáticos, nos parecem hábeis a dissuadir novos empreitadas criminosas.



Estamos convencidos que a proposição aperfeiçoa a legislação penal e reforça a função de prevenção da norma incriminadora, razão pela qual pedimos que os ilustres Parlamentares votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora AUGUSTA BRITO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976 - Lei da CVM; Lei da Comissão de Valores Mobiliários; Lei do Mercado de Valores Mobiliários - 6385/76
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1976;6385>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2092, DE 2023

Cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino.

AUTORIA: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)



[Página da matéria](#)





SF/23131.89889-02

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se instituições de ensino as creches, escolas, universidades e faculdades públicas e privadas.

Art. 2º A Política de que trata esta Lei envolve ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Educação, das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e de Educação e das instituições de ensino, sob coordenação do primeiro.

Art. 3º São objetivos da Política de que trata esta Lei:

- I – a prevenção de ataques violentos a instituições de ensino;
- II – o desenvolvimento e a difusão, no âmbito dos órgãos de segurança pública, de técnicas de investigação de ataques violentos a instituições de ensino;
- III – o compartilhamento de informações sobre ameaças de ataques violentos a instituições de ensino entre os órgãos de segurança pública;



IV – a criação de grupos de avaliação de risco formados por pais, professores, funcionários e alunos das instituições de ensino;

V – a criação de canais de denúncia de suspeitos e de planos de ataques violentos a instituições de ensino;

VI – a promoção de ciclos de palestras sobre segurança em instituições de ensino;

VII – o combate ao *bullying* e à violência nas instituições de ensino, nos termos da Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015;

VIII – a implementação de medidas de segurança em instituições de ensino;

IX – o policiamento escolar; e

X – o amparo aos sobreviventes de ataques violentos a instituições de ensino e às famílias das vítimas fatais.

Art. 4º Compete ao Ministério da Justiça e Segurança Pública:

I – investigar permanente e preventivamente planos e ameaças de ataques a instituições de ensino, principalmente em ambientes virtuais;

II – criar aplicativo nacional, que integre as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, para receber denúncias e compartilhar informações sobre ataques violentos a instituições de ensino; e

III – coordenar as ações dos demais órgãos e entidades responsáveis pela Política de que trata esta Lei.

Art. 5º Compete às Secretarias Estaduais de Segurança Pública:

I – apoiar o Ministério da Justiça e Segurança Pública no cumprimento das atribuições a que se refere o art. 4º desta Lei.

II – monitorar e reprimir as ameaças a instituições de ensino estaduais e municipais;



III – providenciar o policiamento ostensivo de instituições de ensino; e

IV – comunicar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública a existência de ameaças a instituições de ensino federais.

Art. 6º Compete ao Ministério da Educação e às Secretarias Estaduais de Educação:

I – implementar as medidas de segurança a que se refere o art. 7º desta Lei em instituições de ensino públicos;

II – fiscalizar a execução das medidas de segurança a que se refere o art. 7º desta Lei em instituições de ensino privadas; e

III – desenvolver programas, projetos e ações que promovam pertencimento, diálogo, acolhida e cultura da paz.

Art. 7º Compete às instituições de ensino privadas implementar as seguintes medidas de segurança:

I – criação de canal de denúncia;

II – criação de grupo de avaliação de risco, formado por pais, professores, funcionários e alunos, para analisar denúncias e detectar com antecedência possíveis ameaças;

III – instalação de alarme e de botão de pânico;

IV – instalação de circuito fechado de televisão (CFTV);

V – controle de acesso, obrigatoriamente com presença de pelo menos um(a) vigilante durante todos os turnos de funcionamento e, opcionalmente, com:

a) revista individual, inclusive com detector de metais portátil;
e

b) instalação de pórticos de segurança, que podem conter detectores de metais, máquinas de raios X e escâneres corporais;



VI – presença de pelo menos um(a) psicólogo(a) e um(a) assistente social no estabelecimento escolar durante todos os turnos de funcionamento;

VII – altura mínima de 2,5 m (dois metros e meio) para muros e grades de escolas, sem buracos; e

VIII – desenvolvimento de projetos e ações que promovam a cultura da paz e o diálogo.

Art. 8º Fica criado o Conselho Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino, composto por:

I – um representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

II – um representante do Ministério da Educação;

III – um representante das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, indicado pelo Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (CONSESP);

IV – um representante das Secretarias Estaduais de Educação, indicado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED);

V – um representante das Secretarias Municipais de Educação, indicado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME);

VI – um representante dos estudantes, indicado pela União Nacional dos Estudantes (UNE); e

VII – um representante dos professores, indicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

§ 1º O mandato dos representantes é de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

§ 2º O Conselho de que trata o *caput* deste artigo promoverá encontro nacional anual para nivelamento, padronização e debate da política



e da doutrina voltados à prevenção de ataques violentos a instituições de ensino.

Art. 9º Os Municípios poderão designar guardas municipais para auxiliar a segurança das instituições de ensino municipais.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Os ataques violentos a instituições de ensino já ocorrem há séculos em outros países, mas infelizmente vêm se intensificando no Brasil, desde o Massacre de Realengo em 2011.

Os ataques nos últimos dois anos já superaram a quantidade das duas décadas anteriores. Há ainda que mencionar, desde o início deste ano, que quatro casos de violência extrema contra escolas comoveram e entristeceram o País:

- o ataque com bomba caseira por um ex-aluno em Monte Mor (SP);
- o ataque com faca por um aluno de 13 anos a uma escola em São Paulo, que deixou uma professora morta e quatro pessoas feridas;
- o ataque, também com faca, por um aluno a colegas em uma escola do Rio de Janeiro; e
- no dia 5 de abril, o triste atentado à creche em Blumenau (SC), que deixou quatro crianças mortas.

Urge, portanto, que se tomem providências para equacionar a questão. Essas providências envolvem diferentes atores da sociedade civil e da esfera governamental. O que propomos, assim, é a orquestração entre os responsáveis por prevenir que tais ataques de violência extrema se repitam e se reproduzam pelo País.

Assim, apresentamos este Projeto de Lei para instituir a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino, que prevê objetivos; responsabilidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Educação, das Secretarias Estaduais de Segurança



Pública e de Educação e das instituições de ensino; e a criação de um Conselho Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino.

Entre as ações, prevemos a criação de um aplicativo nacional, de canais de denúncia e de grupos de avaliação de risco, o policiamento ostensivo, a articulação entre os órgãos de segurança pública e a adoção de medidas de segurança, todas com foco na prevenção.

Buscando soluções para erradicar os ataques violentos a instituições de ensino, contamos com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para discutir, aperfeiçoar e aprovar este Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

IVETE DA SILVEIRA
Senadora – MDB/SC



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.185, de 6 de Novembro de 2015 - LEI-13185-2015-11-06 - 13185/15
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13185>



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 51, DE 2023

Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público

AUTORIA: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº, 2023

Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa do
Serviço Público

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público com a finalidade de:

I – defender o servidor juntamente com um serviço público de qualidade, no atendimento das necessidades da população usuária, seja na esfera federal, como estadual e municipal;

II – fortalecer, difundir e potencializar as ações pertinentes ao tema, haja vista que o mesmo é de fundamental importância para a manutenção de Estado Democrático Brasileiro, bem como desenvolvimento e eficiência do Serviço Público atendendo às necessidades e respeitando os direitos dos cidadãos;

III – atuar de forma articulada com associações, sindicatos, entidades nacionais, estaduais e distritais com os objetivos de defender os direitos constitucionais e infraconstitucionais relativos ao tema;

IV – acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse para promover a qualificação dos debates, através de audiência pública, simpósios, seminários e eventos pertinentes;

V – articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações de governo, órgãos técnicos e entidades científicas e da sociedade civil, para a consecução de seus objetivos;

VI – atuar na promoção do intercâmbio com os entes assemelhados de parlamentos de outros estados e países visando o aperfeiçoamento recíproco



das respectivas políticas destinadas a garantia de direitos e da resistência a retrocessos.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar Mista em Defesa Do Serviço Público reunir-se-á na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, podendo, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente Parlamentar Mista em Defesa Do Serviço Público será composta pelos Senadores e Deputados Federais que assinarem sua ata de instalação, podendo a ela aderir posteriormente outros membros do Congresso Nacional, mediante a assinatura de instrumento próprio.

Art. 3º A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público reger-se-á por seu estatuto, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e as normas regimentais.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Todos os objetivos justificam a instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, frente oficial e histórica, desde 2007 na defesa dos servidores públicos das três esferas, federal, estadual e municipal e dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário sob a minha coordenação e do Senador Paulo Paim (PT-RS) no Senado Federal e na Câmara dos Deputados da deputada Alice Portugal. A continuidade dos trabalhos, nessa 57ª legislatura, contará com mais parcerias, como a do deputado Rogério Correia (PT-MG) na Câmara dos Deputados. O trabalho buscará de maneira suprapartidária e com os movimentos sociais em geral, atuar com o compromisso de preservar conquistas, mantendo os direitos essenciais aos servidores públicos e a população usuária dos serviços públicos no Brasil.

Contamos com o apoio das Senadoras e Senadores para este pleito.

Sala das Sessões,



3

SF/23513.79779-34

Senadora ZENAIDE MAIA

2023-03758

Página 4 de 4

Avulso do PRS 51/2023



Recurso





SENADO FEDERAL

RECURSO (SF) Nº 4, DE 2023

Recurso para o PL nº 1899/19 ser apreciado pelo Plenário.

AUTORIA: Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Dr. Samuel Araújo (PSD/RO), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

SF/23845.99989-76 (LexEdit)

RECURSO Nº DE

Senhor Presidente,

Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e do art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PL 1899/2019, que “altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a contratação de pessoa física condenada pelos crimes que especifica”, deliberado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que a medida é um desincentivo à ressocialização do preso, que fica impedido não só de ser contratado diretamente pela administração pública direta e indireta, mas também pelas empresas prestadoras de serviços. Atualmente, mais de 130 mil presos trabalham no Brasil, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Há também, um vício técnico de inconstitucionalidade, apontado pelo Senador Contarato, pois fere a presunção de inocência até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (art. 5º, LVII).

O texto é polêmico o bastante para ser deliberado, de modo terminativo, por uma comissão e não pela totalidade dos pares. Por isso, considero democrático e republicano encaminharmos a matéria para o Plenário. Assim, os Senadores não membros da comissão terão uma oportunidade de discutir o projeto,



e em melhor juízo, seguir para a votação. Com isso, se contempla a percepção de todos os Senadores da casa alta do legislativo brasileiro sobre a matéria.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2023.

Senador Weverton
(PDT - MA)



Encerrou-se em 20 de abril o prazo para apresentação de recurso ao Projeto de Lei nº 1.899, de 2019.

Foi recebido o Recurso nº 4, de 2023; para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

O Projeto de Lei nº 1.899, de 2019, ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.

Prazo: de 26/4/2023 a 3/5/2023.



Republicação



A Presidência determina a republicação do avulso inicial do Requerimento nº 329, de 2023, nos termos do Ofício nº 91, de 2023, de autoria do Senador Irajá e, posteriormente, a continuidade de sua tramitação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Irajá

OFÍCIO Nº 0091/2023/GSIRAJA

Brasília, 24 de abril de 2023.

Ao Senhor
Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário Geral da Mesa do Senado Federal
Brasília/DF

Assunto: Requerimento nº 329/2023, correções ortográficas e de pontuação.

Senhor Secretário Geral da Mesa,

Com meus cumprimentos, solicito os bons préstimos de Vossa Senhoria no sentido de proceder a correção ortográfica e de pontuação do requerimento nº 329/2023, neste sentido encaminhando texto devidamente corrigido (em anexo).

Cabe observar que se trata tão somente de meras correções ortográficas e de pontuação, sem nenhuma alteração do mérito da referida proposição.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em azul do Senador Irajá.

**Senador IRAJÁ
(PSD/TO)**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 329, DE 2023

Auditoria do TCU operacional e de conformidade junto à Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, no tocante aos recursos federais utilizados para manutenção do sistema de saúde naquele Estado.

AUTORIA: Senador Irajá (PSD/TO)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº 329 DE 2023

Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria operacional e de conformidade junto à Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, no tocante aos recursos federais utilizados para manutenção do sistema de saúde naquele Estado, relacionados:

1 – Contrato: 35/2020

Processo: 2020.30550.001530

Valor anual: R\$ 40.740.044,28

Contratado: CONSTRUTORA PORTO S.A

Objeto: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA COM GERENCIAMENTO NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS, ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIAS, EQUIPAMENTOS (NÃO MÉDICOHOSPITALARES) E MOBILIÁRIOS EM GERAL, DESTINADOS AOS 18 HOSPITAIS DA REDE ESTADUAL.

Indícios de Irregularidades: licitação fraudada, processo não contemplou pesquisa, montagem ilegal, superfaturamento, serviço não realizado.

2 - Contrato: 125/2020 Processo: 2020.30550.007374 Aditivo: 16/12/2022

Valor auna: R\$ 15.032.517,60 Contratado: CONSTRUTORA PORTO S.A

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ARCONDICIONADO INVERTER TIPO SPLIT.

Indícios de Irregularidades: licitação fraudada, processo não contemplou pesquisa, montagem ilegal, superfaturamento, serviço não realizado.

3 - Contrato: 59/2022 Processo: 2022/30550/0284 Valor anual: R\$

1.890.000,00 Contratado: IMEX MEDICAL COMERCIO E LOCACAO LTDA

Objeto: AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES - 9 EQUIPAMENTOS DE RAIOS X FIXO DIGITAL.

Indícios de Irregularidades: licitação original fraudada, processo não contemplou pesquisa, montagem ilegal para adesão, superfaturamento, equipamentos não funcionam.



4 - Contrato: 136/2022 - /SES/SAEL/DMC Processo: 2022/30550/001964 Valor anual: R\$ 9.772.614,00 Contratado: EXPERT SOLUCOES EM IMPRESSAO LTDA Objeto: PRESTACAO DE SERVICOS DE OUTSOURCING, PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSAO, COPIAS, DIGITALIZACAO E ENCADERNACAO.

Indícios de Irregularidades: licitação original fraudada, processo não contemplou pesquisa, montagem ilegal para adesão, superfaturamento, empresa não possui atestados, inscrição estadual fraudada.

5 – Contrato: 84/2022 Processo: 30550007546/2022 Valor anual: R\$ 7.297.200,00 Contratado: HERINGER TAXI AEREO LTDA Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE AERONAVE TIPO HELICÓPTERO DEDICADA A SAÚDE, MONOMOTOR E/OU MULTIMOTOR, ATRAVÉS DE EMPRESA DE TAXI AÉREO, ESPECIALIZADA EM RESGATE E TRANSPORTE AERO MÉDICO, PARA EFETIVAÇÃO DE TRANSPORTE INTER-HOSPITALAR

Indícios de Irregularidades: licitação original fraudada, processo não contemplou pesquisa, montagem ilegal para adesão, superfaturamento, utilização indevida de aeronaves.

6 – Contrato: 11/2022 Processo: 30550000544/2022 Valor anual R\$ 11.980.788,12 Contratado: HOSPITAL E MATERNIDADE CRISTO REI LTDA Objeto: PRESTACAO DE SERVICOS DE UTI PEDIATRICO E NEONATAL, DO TIPO II HOSPITAL CRISTO REI.

Indícios de Irregularidades: inexigibilidade fraudada, processo não contemplou pesquisa, montagem ilegal, superfaturamento, serviço não está sendo prestado.

Outra estratégia atualmente utilizada na Sesau-TO é a diluição dos serviços em vários contratos pequenos, que chamariam menos atenção dos órgãos de fiscalização, assim, todos esses contratos devem ser auditados, pois contém falhas graves.

JUSTIFICAÇÃO

A situação da execução dos recursos destinados à área saúde no Estado do Tocantins vem, a muito, despertando preocupação naqueles que estão em defesa dos cidadãos. Além de serem verificadas várias falhas nos atendimentos realizados à população, conforme notícias jornalísticas,



a Secretaria de Saúde do Estado de Tocantins (Sesau-TO) vem sendo alvo de várias operações da Polícia Federal e da Controladoria Geral da União. Tem-se como exemplo as operações Babilônia, Marcapasso, Sempternus, Cama de Tut, que apuraram vários desvios nas aquisições realizadas pela Sesau-TO com recursos federais.

Neste sentido, entendemos que o TCU, como titular de atribuições específicas e auxiliar constitucional do Congresso Nacional nas ações de controle externo, pode subsidiar esta Casa no levantamento das irregularidades apresentadas na Secretaria de Saúde no Estado do Tocantins, não só com o intuito de punir os responsáveis e recuperar recursos federais desviados, mas de possibilitar um atendimento digno da população.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento de auditoria nos termos propostos.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2023.



Senador Irajá
(PSD - TO)



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 346, DE 2023

Voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Rubens Bossay, bem como a apresentação de condolências a sua esposa Marise Cicalise Bossay.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Nelsinho Trad

SF/23557.47343-00 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do **Desembargador Rubens Bossay**, bem como a apresentação de condolências a sua esposa **Marise Cicalise Bossay**.

JUSTIFICAÇÃO

Com pesar que recebo a notícia do falecimento do desembargador Rubens Bossay.

Dr. Rubens era natural de Miranda e recebeu os Títulos de Cidadão Naviraiense, Aquidauanense e Anastaciano em reconhecimento aos significativos trabalhos realizados em prol desses municípios.

Ele foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul no biênio 2001-2002 e também eleito presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2003-2004.

Meus sentimentos à família e aos amigos. Que Deus possa confortar todos os corações.

Sala das Sessões, de de .

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 347, DE 2023

Oitiva da Comissão de Segurança Pública sobre o PL nº 3817/2021.

AUTORIA: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

SF/23970.15409-36 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 3817/2021, que “dispõe sobre o crime de genocídio, define os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes contra a administração da justiça do Tribunal Penal Internacional, institui normas processuais específicas, dispõe sobre a cooperação com o Tribunal Penal Internacional, e dá outras providências”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Segurança Pública.

JUSTIFICAÇÃO

Um projeto de lei que define crimes contra a humanidade e crimes de guerra é extremamente importante e deve ter uma análise detalhada pelas comissões afeitas ao tema. Tais crimes são definidos como atos cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil. Nesse sentido, a segurança pública tem um papel fundamental na prevenção e repressão destes, bem como na proteção das vítimas e testemunhas.

A colaboração entre a segurança pública e outros órgãos, como a justiça e as organizações internacionais de direitos humanos, também é crucial para a responsabilização dos perpetradores desses crimes. Assim, é fundamental que a segurança pública esteja envolvida nos casos de crimes contra a humanidade para garantir que os perpetradores sejam responsabilizados e para prevenir futuros crimes dessa natureza.



Desta forma, solicitamos que sobre o Projeto em tela, seja ouvida a Comissão de Segurança Pública.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2023.

Senadora Tereza Cristina
(PP - MS)
Líder do Progressistas





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 348, DE 2023

Oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL n° 3817/2021.

AUTORIA: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

SF/23780.67879-30 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 3817/2021, que “dispõe sobre o crime de genocídio, define os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes contra a administração da justiça do Tribunal Penal Internacional, institui normas processuais específicas, dispõe sobre a cooperação com o Tribunal Penal Internacional, e dá outras providências”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

JUSTIFICAÇÃO

Um projeto de lei que define crimes contra a humanidade é extremamente importante e deve ter uma análise dos direitos humanos por várias razões. Em primeiro lugar, os crimes contra a humanidade são considerados uma das mais graves violações aos direitos humanos. Esses crimes incluem atos como assassinato em massa, extermínio, escravidão, tortura, estupro, perseguição e desaparecimento forçado de pessoas. Eles não só ferem os direitos humanos fundamentais, mas também prejudicam a dignidade humana e a integridade física e psicológica das vítimas.

Em segundo lugar, a análise dos direitos humanos é fundamental para garantir que o projeto de lei seja compatível com as normas internacionais de direitos humanos. Isso é especialmente importante porque os crimes contra a humanidade são frequentemente cometidos por regimes autoritários ou



grupos armados que não respeitam as normas internacionais de direitos humanos. Portanto, é essencial que o projeto de lei estabeleça definições claras e precisas dos crimes e assegure que as sanções aplicáveis sejam proporcionais e efetivas.

Em resumo, a análise dos direitos humanos é crucial para garantir que um projeto de lei que define crimes contra a humanidade seja compatível com as normas internacionais de direitos humanos, estabeleça definições claras e precisas dos crimes e assegure que as sanções aplicáveis sejam proporcionais e efetivas.

Desta forma, solicitamos que seja ouvida a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2023.

Senadora Tereza Cristina
(PP - MS)
Líder do Progressistas





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 349, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, sobre as execuções dos programas de reforma agrária, e de regularização fundiária no período de 1995 a 2022.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, sobre as execuções dos programas de reforma agrária, e de regularização fundiária no período de 1995 a 2022.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, sobre as execuções dos programas de reforma agrária, e de regularização fundiária no período de 1995 a 2022.

1. Número de famílias assentadas em projetos de reforma agrária, por ano e UF no período considerado;
2. Área obtida pelo programa de reforma agrária, por instrumento de obtenção, ano e UF;
3. Número de beneficiários da ação orçamentária 'Promoção da Educação no Campo', ou ação correspondente, por ano e UF;
4. Valor executado do Crédito Instalação por ano e UF;
5. Contratos de Concessão de Uso (CCU) e Títulos de Domínio (TD) entregues para assentados em projetos de reforma agrária, por ano e UF;
6. Número de lotes e área regularizada com base na Lei nº 11.9562, de 2009, discriminados por pequena, média e demais propriedades, CCU, TD, por ano e UF.



Requeiro, ainda, que as informações sejam prestadas, também, em planilha eletrônica formato excel.

JUSTIFICAÇÃO

Este Requerimento de Informações visa reunir dados e informações para subsidiar de forma mais qualificada o mandato no acompanhamento da execução do programa de reforma agrária e do programa de regularização fundiária que têm impacto, sobretudo, na região amazônica, estratégica para os interesses do país.

Sala das Sessões, 18 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 350, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre o Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre o Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre o Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR.

Posição de dezembro de 2022, especificando: a relação dos imóveis por Município/UF, identificando as respectivas áreas totais, áreas com RL e APP; áreas produtivas e áreas tributáveis de cada imóvel.

Requeremos, ainda, que as informações sejam prestadas através de planilhas eletrônicas no formato 'excel', por unidade federada.

JUSTIFICAÇÃO

As informações pretendidas serão utilizadas para subsidiar as ações do Mandato na formulação de propostas legislativas no tema da tributação sobre a propriedade fundiária.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 351, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, informações sobre o Cadastro Ambiental Rural.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, informações sobre o Cadastro Ambiental Rural.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, informações sobre o Cadastro Ambiental Rural.

Que especifique na posição de 31 de dezembro de 2022, por imóvel rural integrante do Cadastro Ambiental Rural (Ativo), por município e unidade da federação:

1. Localização e identificação do imóvel com a titularidade – pessoa física/jurídica;
2. área total;
3. área utilizada e a de preservação ambiental (APP e RL).
4. bioma

Requeremos, ainda, que as informações sejam prestadas através de planilhas eletrônicas no formato excel



JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas serão utilizadas para subsidiar as ações do Mandato na formulação de propostas legislativas nos temas das políticas agrária, fundiária e ambiental.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 352, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, informações sobre a execução do FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, informações sobre a execução do FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, informações sobre a execução do FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

1. Repasses anuais pela STN;
2. Evolução do Patrimônio Líquido do Fundo;
3. Contratações por porte; por setor e por UF, por ano (nº de contratos e valores);
4. Contratações por programa do setor rural, por ano (nº de contratos e valores)
5. Demonstrativo dos Retornos dos Financiamentos;
6. Saldo da Carteira – Posição Dezembro/2022;
7. Evolução da Taxa de Inadimplência: geral, por ano, setor e porte;
8. Receitas anuais do BASA à título de taxa de administração e *del credere*;
9. Contratações por faixa de valores em 2022

Requeremos, ainda, que as informações especificadas sejam enviadas em editor de planilhas excel.



JUSTIFICAÇÃO

As informações pretendidas objetivam subsidiar as ações do Mandato no tema das políticas para o desenvolvimento da região Norte. O FNO é o maior instrumento de fomento da economia na região.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 353, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, informações sobre o Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, informações sobre o Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, informações sobre o Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR.

Especificando os seguintes dados do Sistema Nacional de Cadastro de Imóvel Rural – SNCR, posição atual, POR IMÓVEL RURAL, MUNICÍPIO E UNIDADE FEDERADA:

1. Identificação, com a titularidade (pessoa física/pessoa jurídica, em ambos os casos, identificando se estrangeiro) localização, área total;
2. Enquadramento quanto à dimensão: minifúndio, pequena propriedade, latifúndio;
3. Enquadramento quanto ao GU E GEE: produtivo / improdutivo;
4. situação jurídica do imóvel: propriedade / posse, etc.

Solicito, ainda, que as informações sejam prestadas por meio de planilhas eletrônicas no formato 'excel'.



JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas serão utilizadas para subsidiar as ações do mandato na formulação de propostas legislativas sobre os temas agrário/fundiário.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 354, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, informações sobre as multas aplicadas no país em decorrência das infrações ambientais especificadas.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, informações sobre as multas aplicadas o país em decorrência das infrações ambientais especificadas.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, informações sobre as multas aplicadas o país em decorrência das infrações ambientais especificadas.

O número de multas por infrações ambientais aplicadas pelo Ibama (com os montantes envolvidos) entre os anos de 2010 e 2022, em cada bioma brasileiro. Requeremos ainda, que os dados sobre as multas aplicadas sejam organizados por tipo de infração/crime por bioma, UF e por ano.

JUSTIFICAÇÃO

As informações solicitadas visam subsidiar as ações do Mandato na temática das ações de comando e controle nas políticas ambientais.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 355, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre dados do Censo Agropecuário 2017.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre dados do Censo Agropecuário 2017.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre dados do Censo Agropecuário 2017.

Utilizando-se a metodologia de 2017, sobre as seguintes variáveis:

1. Número e área dos estabelecimentos agropecuários;
2. Número e área por estabelecimentos familiares e não familiares: Total, UF e Município;
3. Participação dos estabelecimentos familiares e não familiares, na produção total de soja, milho, arroz, feijão, mandioca, horticultura, leite, banana, laranja, maçã; efetivos bovino, suíno e caprino;
4. Receitas obtidas pela agricultura familiar e não familiar;
5. Pessoal ocupado por agricultura familiar e não familiar.

Requeremos, ainda, que as informações sejam prestadas mediante planilhas eletrônicas no formato 'excel'.



JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas serão utilizadas para subsidiar as ações do Mandato na formulação de propostas legislativas no tema das políticas territoriais e de desenvolvimento rural do país.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 356, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Agricultura e Pecuária, informações sobre o mercado de produtos agrotóxicos e fertilizantes químicos.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Agricultura e Pecuária, informações sobre o mercado de produtos agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Agricultura e Pecuária, informações sobre o mercado de produtos agrotóxicos e fertilizantes químicos.

1. Evolução do número total de registros de produtos agrotóxicos deferidos, pelos respectivos graus de toxicidade, de 2005 a 2022;
2. Evolução, em moeda nacional, ou dólar, do mercado estimado de produtos agrotóxicos no Brasil; do volume de cada categoria de agrotóxicos utilizados, por cultura e UF, de 2010 a 2020;
3. Relação dos princípios ativos de produtos agrotóxicos atualmente permitidos no Brasil, proibidos ou banidos nos EUA e na União Europeia;
4. Evolução das importações e da produção nacional de fertilizantes químicos, por categoria, de 2000 a 2022.

JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas visam subsidiar as ações do mandato no acompanhamento da utilização de agroquímicos pela agricultura brasileira.



Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Agricultura e Pecuária, informações sobre o mercado de produtos agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)

SF/23567.19777-00 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 357, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre Refis do Funrural.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre Refis do Funrural.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre Refis do Funrural.

Os impactos fiscais da Lei nº 13.606, de 2018, que, entre outras providências instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural. Especificamente requeremos as seguintes informações:

O valor total das dívidas junto ao Funrural e a distribuição da mesma entre:

- Frigoríficos;
 - Cooperativas;
 - Tradings agrícolas
 - Outras pessoas jurídicas;
 - Produtores pessoas físicas;
 - Segurado especial.
 - O valor quitado nos termos da Lei citada segundo as categorias acima;
1. O valor atual do passivo;
 2. O montante do impacto da medida para as finanças públicas.



JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas serão utilizadas para subsidiar as ações do Mandato na formulação de propostas legislativas sobre o tema.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 358, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Previdência Social, informações sobre o Seguro Defeso.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Previdência Social, informações sobre o Seguro Defeso.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Previdência Social, informações sobre o Seguro Defeso.

1. Número de pessoas beneficiadas pelo Seguro Defeso por Unidade Federativa por ano de 2010 a 2022;
2. Número de Registro de Pescador Profissional concedido e registros ativos por unidade federativa, por ano, período de 2010 a 2022;
3. Número de Registro de Pescador Profissional em análise e indeferido por unidade federativa, por ano, período de 2010 a 2022;

Requeremos, ainda, que as informações sejam prestadas mediante planilhas eletrônicas no formato 'excel'.

JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas visam subsidiar as ações do mandato no acompanhamento das políticas públicas direcionadas ao Setor de pesca artesanal.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 359, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre os estímulos tributários aos insumos agroquímicos.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre os estímulos tributários aos insumos agroquímicos.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre os estímulos tributários aos insumos agroquímicos.

As isenções ou reduções de tributos e contribuições incidentes sobre os insumos químicos utilizados na agropecuária. Especificamente solicitamos sejam informados os valores dessas reduções/isenções aos produtos agrotóxicos e aos fertilizantes químicos, por ano, de 2010 a 2022, com a identificação do tributo/contribuição.

JUSTIFICAÇÃO

As informações solicitadas visam subsidiar as ações do Mandato no tema das políticas de estímulo à agricultura brasileira no contexto atual de necessidade de mudanças na base técnica da atividade em decorrência, em especial, dos efeitos do processo de aquecimento global que impõe a transição ecológica.



Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre os estímulos tributários aos insumos agroquímicos.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)

SF/23396.64485-04 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 360, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, informações sobre o Programa Bolsa Família.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, informações sobre o Programa Bolsa Família.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, informações sobre o Programa Bolsa Família.

O número de benefícios do Programa Bolsa Família suspensos em função do recebimento de seguro defeso, por município e unidade federativa, contendo número de famílias e valor suspenso, por ano, no período de 2010 a 2022.

Requeremos, ainda, que as informações sejam prestadas mediante planilhas eletrônicas no formato 'excel'.

JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas visam subsidiar as ações do mandato no acompanhamento das políticas públicas direcionadas ao Setor de pesca artesanal.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 361, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, informações sobre aplicações dos incentivos fiscais em projetos na área de atuação da SUDAM.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, informações sobre aplicações dos incentivos fiscais em projetos na área de atuação da SUDAM.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, informações sobre aplicações dos incentivos fiscais em projetos na área de atuação da SUDAM.

No Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em empreendimentos econômicos localizados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, no período de 2010 a 2022, especificando:

1. Relação dos projetos incentivados, por ano; atividade financiada; município de localização; valor total do projeto; valor dos incentivos; identificação dos dois maiores controladores, original e atual; produção atual; empregos diretos gerados por projeto;
2. No caso de projetos agropecuários, o bioma de localização; área do imóvel; área do empreendimento; área com cobertura florestal, original e atual; inscrição do imóvel no CAR.

Requeiro, ainda, que as informações sejam prestadas, também, em planilha eletrônica formato excel.



JUSTIFICAÇÃO

Este Requerimento de Informações visa reunir elementos para uma avaliação, ainda que superficial, dos efeitos econômicos, sociais e ambientais dos incentivos concedidos pelo governo federal para a implantação de projetos produtivos, na Amazônia, com recursos dos incentivos fiscais. As informações permitirão a maior qualificação das ações do mandato no tema dos incentivos fiscais que serão objeto de discussão e deliberação pelo Congresso, neste ano de 2023, sobre a prorrogação, ou não, desse instrumento que também se aplica às áreas de atuação da Sudene e Sudeco.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 362, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, informações sobre as dívidas rurais.

AUTORIA: Senador Beto Faro (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, informações sobre as dívidas rurais.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, informações sobre as dívidas rurais.

As dívidas dos agricultores no âmbito da política oficial de crédito rural, com o seguinte detalhamento:

“Evolução dos saldos devedores totais, em condições de normalidade, vencidas e em prejuízo, por ano, de 2010 a 2022, por unidade federada, por fonte de financiamento, por programa, e por instituição financeira.”

Requeremos, ainda, que as informações solicitadas sejam enviadas, também, em editor de planilhas Excel.

JUSTIFICAÇÃO

As informações pretendidas objetivam subsidiar o conhecimento adequado da política de crédito rural oficial para instrumentalizar as ações do Mandato no tema. De acordo com o recente “Indicador trimestral de Inadimplência do Produtor Rural da Serasa Experian”, há um grau elevado de endividamento entre os produtores rurais. A região Norte, concentra a maior taxa de inadimplência do Brasil, entre os produtores rurais, atingindo 38,7%.



As informações permitirão qualificar esse perfil de endividamento revelando a participação do crédito rural oficial.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2023.

Senador Beto Faro
(PT - PA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 363, DE 2023

Realização de Sessão Especial em memória da Nakba, a catástrofe palestina.

AUTORIA: Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

SF/23215.92161-77 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, em maio, preferencialmente no dia 15 ou no dia 16, a fim de realizar sessão especial em memória da Nakba, a catástrofe palestina.

JUSTIFICAÇÃO

Este ano completa-se 75 anos da Nakba. A palavra, que em árabe significa catástrofe, dá nome ao fatídico dia de 15 de maio de 1948, a partir do qual, segundo dados da ONU, entre 725 mil e 800 mil palestinos foram expulsos - e em parte mortos - de suas terras, casas, negócios, de sua pátria, na qual suas ancestralidades contam desde ao menos 12 mil anos, e 531 de suas cidades, muitas dezenas delas milenares, tesouros históricos e arqueológicos, foram completamente destruídas, eliminadas da geografia em que se realizou o monoteísmo, em que Jesus Cristo e todos os profetas anteriores a ele trouxeram à humanidade a Boa Nova.

A Nakba, a partir de 15 de maio de 1948, é o processo no qual, desde os primeiros refugiados palestino, continuamente a Palestina segue sendo ocupada, sua população expulsa e a que permanece sendo tolhida em seus direitos nacionais, civis e humanitários. Estes refugiados, que antes eram até 800 mil, hoje são 6,2 milhões, conforme os dados da UNRWA – Agência (da ONU) de Ajuda e Trabalho das Nações Unidas para Refugiados Palestinos no Oriente Médio, e representam 40% de toda população palestina no mundo.



A Nakba, a catástrofe palestina, que se arrasta a 75 anos, traz números ainda mais impressionantes. Os palestinos somam, em todo o mundo, perto de 14 milhões de pessoas, ou 0,18% da população mundial. Entretanto, integram 25% da população tecnicamente refugiada no mundo. Se os palestinos integrassem apenas 0,18% dos refugiados, tal qual contam da população mundial, eles seriam no máximo 40 mil refugiados, mas são mais de 6 milhões.

O povo palestino, que vive na Palestina há milênios, pede apenas paz e o reconhecimento de seu estado soberano, democrático, laico, próspero e seguro. Nada além disso. E a ONU já reconhece o estado palestino. O Brasil e mais 140 países no mundo também reconhecem a Palestina como estado.

Queremos que neste dia 15 de maio, o 75º, inauguremos o início de uma solução definitiva para a Questão Palestina, para que cesse o sofrimento de seu povo. A paz definitiva e duradoura na Palestina é de interesse de todos os povos do Oriente Médio, bem como de todo o mundo, logo, também do Brasil.

Por todas estas razões, que são minúsculas perto do que é a totalidade da catástrofe palestina, precisamos lembrar da Nakba, uma catástrofe iniciada logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, evento a partir do qual, imaginávamos, não haveria mais genocídios, limpezas étnicas e refugiados. Precisamos, por fim, lembrar da catástrofe palestina para que ela não seja um modelo, para que não se repita nunca mais em outra parte do mundo, contra outros povos.

Certo de que terei o apoio de meus pares, apresento este requerimento de realização de sessão especial. Sala das Sessões, 19 de abril de 2023.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2023.

Senador Omar Aziz
(PSD - AM)



Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, em maio, preferencialmente no dia 15 ou no dia 16, a fim de realizar sessão especial em memória da Nakba, a catástrofe palestina.

SF/23215.92161-77 (LexEdit)

Nome do Senador	Assinatura



Término de Prazos



Encerrou-se em 20 de abril o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 21, de 2023.

Não foram apresentadas emendas.

A matéria foi incluída em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 25 de abril.



Encerrou-se em 20 de abril o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo n°s 365 e 446, de 2019; e 414, de 2021.

Não foram apresentados recursos.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela CCT, as matérias vão à promulgação.



Encerrou-se em 20 de abril o prazo para apresentação de recurso aos Projetos de Lei nºs 1.822, 3.130 e 3.815, de 2019.

Não foram apresentados recursos.

As matérias, aprovadas terminativamente pela CCJ, vão à Câmara dos Deputados.



Encerrou-se anteriormente o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Complementar nº 127, de 2021.

Foram recebidas as Emendas nºs 3 a 7-Plen.

A Emenda nº 3-Plen foi retirada pelo Autor.

A matéria retorna à CAE para exame das Emendas.





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei Complementar nº 127, de 2021**, que *"Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Weverton (PDT/MA)	003*; 004
Senador Carlos Viana (PL/MG)	005
Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	006
Senador Roberto Rocha (PTB/MA)	007

* Emenda retirada pelo autor

TOTAL DE EMENDAS: 5



[Página da matéria](#)





PLP 127/2021
00003

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA SUPRESSIVA Nº PLENÁRIO
(ao PLP 127/2021)

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei nº 127/2021, que tem a seguinte redação:

Art. 4º A Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10-A. A transação na cobrança de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal poderá ser proposta pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de forma individual ou por adesão, ou por iniciativa do devedor, observada a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.” (NR)

“Art. 11.
.....

1º A. Após a incidência dos descontos previstos no inciso I do caput deste artigo, se houver, a liquidação de valores será realizada no âmbito do processo administrativo de transação para fins da amortização do saldo devedor transacionado a que se refere o inciso IV do caput deste artigo e será de critério exclusivo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, sendo adotada em casos excepcionais



**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

para a melhor e efetiva composição do plano de regularização.

.....
.....” (NR)

“Art. 12-A. Admitida a proposta de transação na cobrança da dívida ativa pelo órgão competente, seja ela individual ou por adesão, SF/22503.72476-05 3 o contribuinte poderá solicitar o imediato encaminhamento de débitos já vencidos no âmbito dos órgãos de origem, para fins de consolidação no acordo, nas mesmas condições pactuadas, hipótese em que não incidirá o encargo legal de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, a avaliação quanto à admissibilidade da transação deverá ser realizada pelo órgão competente para inscrição em dívida ativa ainda que inexistam débitos inscritos no momento do pedido.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, ausentes débitos inscritos em dívida ativa, é facultado ao devedor solicitar a imediata remessa de débitos vencidos e não pagos para inscrição, para fins de celebração de transação na cobrança da dívida exclusivamente por adesão, hipótese em que também não incidirá o encargo legal de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, em sendo formalizado o acordo.



**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

§ 3º O prazo para atendimento do imediato encaminhamento para inscrição não poderá exceder ao prazo fixado por ato do Ministro de Estado da Economia.”

“Art. 13. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos créditos que lhe compete transacionar, assinar o termo de transação realizado de forma individual, diretamente ou por autoridade delegada, observada a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.” (NR)

“Art. 14. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 131 da Constituição Federal, disciplinar, por ato próprio:

.....

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a exclusão do art. 4º, inexistente na proposta original, que se configura claramente como matéria estranha, já que trata da mudança de competência para as transações de débito e não sobre a atualização de limites de receita para enquadramento no Simples Nacional, objetivo único do Projeto de Lei que questão.

O art. 4º do PLP 127/2021 impede o contribuinte de transacionar os seus débitos com a Receita Federal, burocratizando e tornando mais moroso o



**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

processo de transação, inviabilizando a manutenção dos descontos de parcelas já pagas quando transacionados saldos de parcelamentos especiais, trazendo risco do contribuinte incorrer em encargos de inscrição quando não concretizada a transação pela PGFN, impossibilitando a transação que envolva a aceitação de seguro garantia e carta fiança pela Receita Federal, quando no interesse do contribuinte e aumentando litígios.

Em todos os seus artigos, a atual redação proposta para a Lei 13.988 retira competência da Receita Federal do Brasil para transacionar os créditos tributários que se encontram em contencioso administrativo fiscal, cerca de R\$ 1,5 trilhão em outubro de 2022, antes da inscrição em dívida ativa da União.

O §11 do art. 11 da legislação atual permite que apenas contribuintes regulares em seus parcelamentos especiais possam manter os descontos das parcelas já pagas, quando transacionarem o saldo do parcelamento. Ao incluir a exigência de inscrição prévia a transação, a proposta de redação atual levará os contribuintes com parcelamentos acordados com a Receita Federal do Brasil perderão esses descontos. Aproximadamente 2,2 milhões de contribuintes mantêm R\$ 230 bilhões parcelados com a Receita Federal do Brasil em outubro de 2022.

A fim de evitar os danos causados pela burocratização nos procedimentos de transação e permitir o alcance de seus objetivos, propõe-se a supressão do art. 4º do PLP 127/2021.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON





SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

RETIRADA





PLP 127/2021
00004

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA SUPRESSIVA Nº PLENÁRIO
(ao substitutivo do PLP 127/2021)

Suprima-se o art. 4º do substitutivo oferecido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao Projeto de Lei Complementar nº 127/2021, que tem a seguinte redação:

Art. 4º A Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10-A. A transação na cobrança de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal poderá ser proposta pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de forma individual ou por adesão, ou por iniciativa do devedor, observada a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.” (NR)

“Art. 11.
.....

1º A. Após a incidência dos descontos previstos no inciso I do caput deste artigo, se houver, a liquidação de valores será realizada no âmbito do processo administrativo de transação para fins da amortização do saldo devedor transacionado a que se refere o inciso IV do caput deste artigo e será de critério exclusivo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, sendo adotada em casos excepcionais





SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**
para a melhor e efetiva composição do plano de
regularização.

.....
.....” (NR)

“Art. 12-A. Admitida a proposta de transação na cobrança da dívida ativa pelo órgão competente, seja ela individual ou por adesão, SF/22503.72476-05 3 o contribuinte poderá solicitar o imediato encaminhamento de débitos já vencidos no âmbito dos órgãos de origem, para fins de consolidação no acordo, nas mesmas condições pactuadas, hipótese em que não incidirá o encargo legal de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, a avaliação quanto à admissibilidade da transação deverá ser realizada pelo órgão competente para inscrição em dívida ativa ainda que inexistam débitos inscritos no momento do pedido.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, ausentes débitos inscritos em dívida ativa, é facultado ao devedor solicitar a imediata remessa de débitos vencidos e não pagos para inscrição, para fins de celebração de transação na cobrança da dívida exclusivamente por adesão, hipótese em que também não incidirá o encargo legal de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, em sendo formalizado o acordo.



**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

§ 3º O prazo para atendimento do imediato encaminhamento para inscrição não poderá exceder ao prazo fixado por ato do Ministro de Estado da Economia.”

“Art. 13. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos créditos que lhe compete transacionar, assinar o termo de transação realizado de forma individual, diretamente ou por autoridade delegada, observada a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.” (NR)

“Art. 14. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 131 da Constituição Federal, disciplinar, por ato próprio:

.....

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a exclusão do art. 4º, inexistente na proposta original, que se configura claramente como matéria estranha, já que trata da mudança de competência para as transações de débito e não sobre a atualização de limites de receita para enquadramento no Simples Nacional, objetivo único do Projeto de Lei Complementar em questão.

O art. 4º do PLP 127/2021 impede o contribuinte de transacionar os seus débitos com a Receita Federal, burocratizando e tornando mais moroso o



**SENADO FEDERAL**Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

processo de transação, inviabilizando a manutenção dos descontos de parcelas já pagas quando transacionados saldos de parcelamentos especiais, trazendo risco do contribuinte incorrer em encargos de inscrição quando não concretizada a transação pela PGFN, impossibilitando a transação que envolva a aceitação de seguro garantia e carta fiança pela Receita Federal, quando no interesse do contribuinte e aumentando litígios.

Em todos os seus artigos, a atual redação proposta para a Lei 13.988 retira competência da Receita Federal do Brasil para transacionar os créditos tributários que se encontram em contencioso administrativo fiscal, cerca de R\$ 1,5 trilhão em outubro de 2022, antes da inscrição em dívida ativa da União.

O §11 do art. 11 da legislação atual permite que apenas contribuintes regulares em seus parcelamentos especiais possam manter os descontos das parcelas já pagas, quando transacionarem o saldo do parcelamento. Ao incluir a exigência de inscrição prévia a transação, a proposta de redação atual levará os contribuintes com parcelamentos acordados com a Receita Federal do Brasil perderão esses descontos. Aproximadamente 2,2 milhões de contribuintes mantêm R\$ 230 bilhões parcelados com a Receita Federal do Brasil em outubro de 2022.

A fim de evitar os danos causados pela burocratização nos procedimentos de transação e permitir o alcance de seus objetivos, propõe-se a supressão do art. 4º do PLP 127/2021.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON





SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CARLOS VIANA

PLP 127/2021
00005

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLP nº 127, de 2021)

Suprima-se o **art. 4º** do Projeto de Lei Complementar nº 127, de 2021, nos termos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos.

JUSTIFICAÇÃO

Em virtude da incorporação do art. 3º da Emenda nº 1 – CAE ao Projeto de Lei Complementar nº 127, de 2021, foi efetivada a modificação dos arts. 10-A; 11, § 1º-A; 13 e 14; e a introdução de um novel art. 12-A na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, com o objetivo de transferir da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a atribuição de propor a transação relativamente a créditos tributários em contencioso administrativo fiscal.

Inicialmente, alertamos que tais alterações, que foram incorporadas no art. 4º do texto consolidado e aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, podem ter sua constitucionalidade questionada por invasão da competência privativa do chefe do Poder Executivo, pois modificam, por proposição de iniciativa parlamentar, atribuições de órgãos daquele Poder.

Além disso, no **mérito**, a alteração é, no mínimo, questionável, pois nos parece mais adequado que o próprio órgão que administra os



2

créditos em contencioso administrativo fiscal (a RFB) proponha transação a eles relativo.

Dessa forma, propomos a supressão das alterações constantes do art. 4º do Projeto de Lei Complementar nº 127, de 2021, nos termos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA





PLP 127/2021
00006

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSON TRAD

EMENDA SUPRESSIVA Nº PLENÁRIO
(Ao substitutivo do PLP 127/2021)

Suprima-se o art. 4º do substitutivo oferecido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao Projeto de Lei Complementar nº 127/2021, que tem a seguinte redação:

Art. 4º A Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10-A. A transação na cobrança de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal poderá ser proposta pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de forma individual ou por adesão, ou por iniciativa do devedor, observada a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.” (NR)

“Art. 11.

1º A. Após a incidência dos descontos previstos no inciso I do caput deste artigo, se houver, a liquidação de valores será realizada no âmbito do processo administrativo de transação para fins da amortização do saldo devedor transacionado a que se refere o inciso IV do caput deste artigo e será de critério exclusivo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, sendo adotada em casos excepcionais para a melhor e efetiva composição do plano de regularização.
.....
.....” (NR)

“Art. 12-A. Admitida a proposta de transação na cobrança da dívida ativa pelo órgão competente, seja ela individual ou por adesão, SF/22503.72476-05 3 o contribuinte poderá solicitar o imediato encaminhamento de débitos já vencidos no âmbito dos órgãos de origem, para fins de consolidação no acordo, nas mesmas condições





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSON TRAD

pactuadas, hipótese em que não incidirá o encargo legal de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, a avaliação quanto à admissibilidade da transação deverá ser realizada pelo órgão competente para inscrição em dívida ativa ainda que inexistam débitos inscritos no momento do pedido.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, ausentes débitos inscritos em dívida ativa, é facultado ao devedor solicitar a imediata remessa de débitos vencidos e não pagos para inscrição, para fins de celebração de transação na cobrança da dívida exclusivamente por adesão, hipótese em que também não incidirá o encargo legal de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, em sendo formalizado o acordo.

§ 3º O prazo para atendimento do imediato encaminhamento para inscrição não poderá exceder ao prazo fixado por ato do Ministro de Estado da Economia.”

“Art. 13. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos créditos que lhe compete transacionar, assinar o termo de transação realizado de forma individual, diretamente ou por autoridade delegada, observada a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.” (NR)

“Art. 14. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 131 da Constituição Federal, disciplinar, por ato próprio:
.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda propõe a exclusão do art. 4º, inexistente na proposta original, que se configura claramente como matéria estranha, já que trata da mudança de competência para as transações de débito e não sobre a





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

atualização de limites de receita para enquadramento no Simples Nacional, objetivo único do Projeto de Lei Complementar em questão.

O art. 4º do PLP 127/2021 impede o contribuinte de transacionar os seus débitos com a Receita Federal, burocratizando e tornando mais moroso o processo de transação, inviabilizando a manutenção dos descontos de parcelas já pagas quando transacionados saldos de parcelamentos especiais, trazendo risco do contribuinte incorrer em encargos de inscrição quando não concretizada a transação pela PGFN, impossibilitando a transação que envolva a aceitação de seguro garantia e carta fiança pela Receita Federal, quando no interesse do contribuinte e aumentando litígios.

Em todos os seus artigos, a atual redação proposta para a Lei 13.988 retira competência da Receita Federal do Brasil para transacionar os créditos tributários que se encontram em contencioso administrativo fiscal, cerca de R\$ 1,5 trilhão em outubro de 2022, antes da inscrição em dívida ativa da União.

O §11 do art. 11 da legislação atual permite que apenas contribuintes regulares em seus parcelamentos especiais possam manter os descontos das parcelas já pagas, quando transacionarem o saldo do parcelamento. Ao incluir a exigência de inscrição prévia a transação, a proposta de redação atual levará os contribuintes com parcelamentos acordados com a Receita Federal do Brasil perderão esses descontos. Aproximadamente 2,2 milhões de contribuintes mantêm R\$ 230 bilhões parcelados com a Receita Federal do Brasil em outubro de 2022.

A fim de evitar os danos causados pela burocratização nos procedimentos de transação e permitir o alcance de seus objetivos, propõe-se a supressão do art. 4º do PLP 127/2021.

Senador **NELSINHO TRAD**
(PSD/MS)



PLP 127/2021
00007

Emenda de Plenário

PLP 127/2021

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte".

Dê-se nova redação ao caput ao art. 10-Aº da Lei nº 13.988, de 2020, alterados pelo art. 4º do PLP 127/2021, conforme redação abaixo:

Art. 4º A Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10-A. A transação na cobrança de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal poderá ser proposta pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de forma individual ou por adesão, ou por iniciativa do devedor, observada a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.” (NR)

.....

JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe realizar alguns ajustes pontuais no texto da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, para que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional também possa ter iniciativa de propor a transação na cobrança de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal. A transação tributária deve ser ampla e acessível a todos os contribuintes, com a possibilidade de negociação de todos os débitos.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2022.

ROBERTO ROCHA
Senador



Encaminhamento de matérias



Tendo em vista o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2018, nos termos do art. 332, do Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 898, de 2019, retoma sua tramitação autônoma e retorna ao exame da CAE, seguindo posteriormente à CCJ e, em seguida, à CAS, em decisão terminativa.



Tendo em vista o arquivamento do Projeto de Lei nº 4.240, de 2019, nos termos do art. 332, do Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 860, de 2019, retoma sua tramitação autônoma e retorna ao exame da CDH, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.



Tendo em vista o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2015, nos termos do art. 332, do Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 6.046, de 2019, retoma sua tramitação autônoma e retorna ao exame da CDR, seguindo posteriormente à CMA, em decisão terminativa.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PL - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
UNIÃO - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

PSDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
UNIÃO - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PSD - Dr. Samuel Araújo* (S)
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 30 MDB-10 / UNIÃO-9 / PODEMOS-4 / PDT-3 PSDB-3 / REDE-1

Alan Rick	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira	PSDB / SE
Carlos Viana	PODEMOS / MG
Cid Gomes	PDT / CE
Confúcio Moura	MDB / RO
Davi Alcolumbre	UNIÃO / AP
Eduardo Braga	MDB / AM
Efraim Filho	UNIÃO / PB
Fernando Dueire	MDB / PE
Fernando Farias	MDB / AL
Giordano	MDB / SP
Ivete da Silveira	MDB / SC
Izalci Lucas	PSDB / DF
Jader Barbalho	MDB / PA
Jayme Campos	UNIÃO / MT
Leila Barros	PDT / DF
Marcelo Castro	MDB / PI
Marcio Bittar	UNIÃO / AC
Marcos do Val	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães	PODEMOS / PR
Plínio Valério	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra	UNIÃO / TO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Renan Calheiros	MDB / AL
Rodrigo Cunha	UNIÃO / AL
Sergio Moro	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke	UNIÃO / MS
Styvenson Valentim	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo	MDB / PB
Weverton	PDT / MA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28 PSD-16 / PT-8 / PSB-4

Ana Paula Lobato	PSB / MA
Angelo Coronel	PSD / BA
Augusta Brito	PT / CE
Beto Faro	PT / PA
Chico Rodrigues	PSB / RR
Daniella Ribeiro	PSD / PB
Dr. Samuel Araújo	PSD / RO
Eliziane Gama	PSD / MA
Fabiano Contarato	PT / ES
Flávio Arns	PSB / PR
Humberto Costa	PT / PE
Irajá	PSD / TO
Jaques Wagner	PT / BA
Jorge Kajuru	PSB / GO
Jussara Lima	PSD / PI
Lucas Barreto	PSD / AP
Mara Gabrilli	PSD / SP
Margareth Buzetti	PSD / MT
Nelsinho Trad	PSD / MS
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Paulo Paim	PT / RS
Rodrigo Pacheco	PSD / MG

Rogério Carvalho	PT / SE
Sérgio Petecão	PSD / AC
Teresa Leitão	PT / PE
Vanderlan Cardoso	PSD / GO
Zenaide Maia	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 13 PL-12 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes	PL / SP
Carlos Portinho	PL / RJ
Eduardo Girão	NOVO / CE
Eduardo Gomes	PL / TO
Flávio Bolsonaro	PL / RJ
Jaime Bagattoli	PL / RO
Jorge Seif	PL / SC
Magno Malta	PL / ES
Rogério Marinho	PL / RN
Romário	PL / RJ
Wellington Fagundes	PL / MT
Wilder Moraes	PL / GO
Zequinha Marinho	PL / PA

Bloco Parlamentar Aliança - 10 PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira	PP / PI
Cleitinho	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran	PP / RR
Esperidião Amin	PP / SC
Hamilton Mourão	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira	PP / SE
Luis Carlos Heinze	PP / RS
Mecias de Jesus	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia	30
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	28
Bloco Parlamentar Vanguarda	13
Bloco Parlamentar Aliança	10
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Alessandro Vieira* (PSDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Paulo Paim* (PT-RS)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Rodrigo Cunha* (UNIÃO-AL)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (UNIÃO-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Dr. Samuel Araújo* (PSD-RO)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho* (PL-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (UNIÃO-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styverson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º - VAGO

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB/REDE) - 30</p> <p style="text-align: center;">Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,18) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (21,27,37)</p> <p style="text-align: center;">Líder do MDB - 10 Eduardo Braga (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (44) Confúcio Moura (35,43) Giordano (45)</p> <p style="text-align: center;">Líder do UNIÃO - 9 Efraim Filho (4,18) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Davi Alcolumbre (26) Alan Rick (28)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PODEMOS - 4 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (24)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 3 Izalci Lucas (5)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REDE - 1</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder Eliziane Gama - PSD (29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 16 Otto Alencar (7) Vice-Líder do PSD Omar Aziz (31)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,40) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (20)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 13</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Fagundes - PL (15) Vice-Líder Luis Carlos Heinze (30)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PL - 12 Carlos Portinho (22) Vice-Líder do PL Jorge Seif (46)</p> <p style="text-align: center;">Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (19,25)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</p> <p style="text-align: center;">Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (33)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (35,43) Daniella Ribeiro (41,42) Jorge Kajuru (8,40) Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Randolfe Rodrigues (36) Weverton (38) Zenaide Maia (39)</p>	<p style="text-align: center;">Oposição</p> <p style="text-align: center;">Líder Rogério Marinho - PL (16) Vice-Líderes Eduardo Girão (19,25) Magno Malta (23) Eduardo Gomes (32)</p>
<p style="text-align: center;">Minoria</p> <p style="text-align: center;">Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34)</p>	<p style="text-align: center;">Maioria</p> <p style="text-align: center;">Líder Renan Calheiros - MDB (17)</p>	<p style="text-align: center;">Bancada Feminina</p> <p style="text-align: center;">Líder Daniella Ribeiro - PSD (41,42)</p>

Notas:

- Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
- Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
- Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
- Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
- Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
- Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
- Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
- Em 01.02.2023, o Senador **Jorge Kajuru** foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
- Em 01.02.2023, o Senador **Oriovisto Guimarães** foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
- Em 01.02.2023, o Senador **Fabiano Contarato** foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 48/2023-BLVANG).
16. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
17. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
19. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
20. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB).
21. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
22. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
23. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
24. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
25. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
26. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
29. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
30. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
31. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
32. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
33. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
34. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
35. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
42. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
43. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
44. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
45. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
46. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS

Finalidade: Acompanhar "in loco" a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros de suas terras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Requerimento 34, de 2023

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 15/02/2023

MEMBROS

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾

Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽⁵⁾

Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁷⁾

Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 08.02.2023, os Senadores Chico Rodrigues, Dr. Hiran e Mecias de Jesus foram designados membros titulares para compor a Comissão (RQS nº 34/2023).
2. Em 09.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular para compor a Comissão (Of. 8/2023-GSEGAMA).
3. Em 15.02.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular para compor a Comissão (RQS nº 66/2023).
4. Em 15.02.2023, foram eleitos os Senadores Chico Rodrigues e Eliziane Gama como Presidente e Vice Presidente da comissão. O Senador Dr. Hiran foi designado relator (Of. nº 01/2023 - CTEYanomami).
5. Em 1º.03.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular para compor a Comissão (Of. 11/2023-GSMPONTE).
6. Em 1º.03.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular para compor a Comissão (SF/23418.31524-10).
7. Em 1º.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular para compor a Comissão.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretárias-Adjuntas: Camila Moraes Bittar e Erika Leal Mello

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cteyanomami@senado.leg.br



4) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).

2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/04/2023

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽²⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(2,5,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	8. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	9. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽²⁾	10. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(4,9,10)
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	5. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	4. Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM).
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,6)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	6. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	7. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	8.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,9)	1. ^(1,9)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,9)	2. ^(5,9)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,9)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
- Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPP).



Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽²⁾	6. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	8. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,7)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	9. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾	10. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽³⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽³⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽³⁾	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).



7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLID/BLPPP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 5/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para, no prazo de cento e oitenta dias, debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).

2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁷⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁶⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ^(2,5)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -**Telefone(s):** 61 33033284**E-mail:** cma@senado.leg.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 13/2023-CMA, do Senador Wellington Fagundes, com o objetivo de estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. VAGO ^(3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	1.
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio**Reuniões:** Terças-feiras 12 horas -**Telefone(s):** 61 3303-2005**Fax:** 3303-4646**E-mail:** cdh@senado.leg.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(3,8)
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11)	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. VAGO ^(5,10,11)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecção, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeram o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeram o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).



Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽²⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽²⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,5,6)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,5)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾	5. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾	6. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	7. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	9. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,5)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** cdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,5)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,5)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,7)
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegera a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
- Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**E-mail:** cra@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3.
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
- Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽¹⁾	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Notas:

1. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).

Secretário(a): Felipe Costa Galdes

Telefone(s): 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP).
- Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior
Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 33033519
E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).
- Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).
- Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).

14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



9) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

